



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 127.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1.980
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso, Tércio Albuquerque, Airton Cordeiro, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Palácios, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Valduga, Túlio Zanchet, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nelson Buffara, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, José Tavares, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos e Waldyr Pugliesi (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fuad Nacli, Cyro Martins, Egon Pudell, Fiori Luiz, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Pinto Dias e Valduga. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Encaminhado a esta Casa, ofício datado de 21 do mês em curso, pelo Sr. DOMÍCIO DORNELES SCARAMELLA, filho do ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, nos seguintes termos: Em nome da família enlutada, agradecemos a Vossa Excelência pela dedicada atenção dispensada durante o período de enfermidade de Domício Scaramella, ocasião dolorosa, e que sentimos sempre a presença do Excelentíssimo Presidente, que, em nome pessoal e representando o Poder Legislativo, solidarizou-se com o sofrimento do enfermo bem como o de todos os familiares. Agradecemos, ainda, a presença de Vossa Excelência aos atos fúnebres o que nos trouxe grande conforto e nos ajudou a aceitar o acontecimento extremamente doloroso.

Pedimos transmitir a todos os Srs. Deputados nossos agradecimentos pelas manifestações de pesar a nós dirigidas, e especialmente a todos os funcionários da Casa, do mais simples ao Diretor, pela dedicação dispensada ao nosso inesquecível pai, ao longo dos anos que ele desempenhou os sucessivos mandatos de Deputado Estadual.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da sessão de hoje, votos de louvores e de congratulações pela passagem do DIA DO AVIADOR, extensivos à FORÇA AÉREA BRASILEIRA, que tanto contribuiu na IJa. GUERRA MUNDIAL, na luta contra o nazi-fascismo, em defesa dos postulados democráticos do mundo, ocasião em que inúmeros de nossos aviadores perderam a vida no teatro da guerra e a cujas festividades nos associamos, lembrando a obra do imortal brasileiro SANTOS DUMONT, patrono da FAB.—

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente.

Hoje, dia 23 de outubro, marca no nosso calendário o "DIA DO AVIADOR", cujo programa festivo venho me associar, lembrando a nossa contribuição na luta contra o nazismo e o fascismo, em favor da democratização dos povos livres, durante a Segunda Guerra Mundial. Os feitos da FORÇA AÉREA BRASILEIRA nos campos de batalha foram pontilhados de heroísmo e sobretudo de patriotismo, ilustrando a nossa página histórica. Muitos foram os nossos aviadores que tombaram em terras distantes, em verdadeiros atos de bravura, numa demonstração inegável dos nossos sentimentos pátrios, exatamente no momento em que o mundo estava ameaçado pelo domínio nefasto do dogma hitlerista.

Não podemos também omitir a participação, neste dia, do trabalho executado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, criando o Correio Nacional, que contou com o pioneirismo do aviador brasileiro que cruzou os céus do Brasil na tarefa de integrar o País, através do primeiro sistema de comunicação: o correio aéreo.

Mas para que tudo isto acontecesse, foi necessário a presença do imortal brasileiro Santos Dumont, que, nesta data, marcou o primeiro vôo de aeronave mais pesada que o ar, movida por seus próprios meios e, em justa homenagem, é o patrono da Força Aérea Brasileira.

O significado do aviador, que hoje homenageamos, nas páginas históricas da aviação brasileira, é de relevante importância. Inumerar os seus feitos é quase impossível, tão enorme é a sua contribuição, não só no campo do progresso, como no sistema de integração deste vasto território e na defesa da nossa integridade de País Continental.

Reconhecendo esses valores e sobretudo o desprendimento desses heróis anônimos que cruzam os céus brasileiros, é que me associo aos festejos do "DIA DO AVIADOR", solicitando à Casa do Legislativo paranaense, seja encaminhado mensagem de louvores e de exaltação aos aviadores, às autoridades mencionadas neste requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ministério do Trabalho, solicitando imediatas providências no sentido de se regulamentar a Lei n.º 5.524, de 5.11.68, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de Nível Médio.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(a) DARCY DEITOS'

JUSTIFICATIVA:

Trata a Lei n.º 5.524, de 5 de novembro de 1968, do exercício da profissão de Técnico Industrial de Nível Médio, mas apesar de sancionada já há mais de 12 anos, até a presente data não recebeu a sua regulamentação, daí a nossa preocupação para que a mesma seja urgentemente regulamentada para atender os reclamos de milhares de técnicos que até a presente data não sabem nem dos seus direitos e nem mesmo de seus deveres.

O que nos preocupa principalmente é a regulamentação da profissão de Técnico Agrícola em especial, pois como é do conhecimento geral, são mais de 50.000 (cinquenta mil) profissionais em todo o País que desconhecem a legislação pertinente às suas funções, dada a falta da regulamentação até a presente data.

Gostaríamos aqui de citar algumas funções que se destinariam aos Técnicos Agrícolas:

- I- Elaborar orçamentos agropecuários;
- II- conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;
- III- Desempenhar cargos e funções em atividades estaduais, paraestatais e privadas;
- IV- atuar em atividade de extensão, cooperativismo e em apoio a pesquisas, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;
- V- ministrar disciplina de técnica agropecuária, constante no ensino de 1.º e 2.º graus, desde que seja possuidor de complementação necessária para o exercício do magistério;
- VI- prestar assistência técnica em projetos agropecuários;
- VII- elaborar relatórios e pareceres técnicos, circunscrito ao âmbito de sua habilitação;
- VIII- executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade;
- IX- responsabilizar-se pelo levantamento de insumos de produção;
- X- auxiliar na expedição de certificados e documentos de classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal e animal;
- XI- prestar assistência técnica na comercialização e armazenamento de produtos agropecuários;
- XII- prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;
- XIII- conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;
- XIV- treinar e dirigir equipes de execução de obras e serviços técnicos, no setor rural;
- XV- poderá ainda o técnico agrícola desempenhar quaisquer outras atividades que sejam compatíveis com a sua formação profissional.

Outras atribuições profissionais ou revisão das mesmas devem ser conferidas pelo CONFEA (art. 84, Parágrafo único, da Lei 5.194/66).

Quanto ao Campo de Atuação do Técnico Agrícola sugerimos que observadas o que ficou delineado pelo Ministério do Trabalho, no seu anteprojeto de decreto para regulamentação, fossem ouvidos ainda, o Ministério da Educação e Cultura, as Associações de Classes e Sindicatos interessados na regulamentação da lei em referência.

E, para se definir o campo de atuação achamos que se faz necessário não se partir para um pensamento isolado, mas sim que se considere os técnicos agrícolas num contexto global que envolve outros profissionais da área, onde os mesmos não sejam prejudicados pela regulamentação.

Sugerimos ainda, que se considere os estudos efetuados pelo Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, que fornece reais subsídios para a regulamentação da referida lei e que está realmente interessado na solução dos problemas de uma numerosa classe que aguarda ansiosa a

solução para os seus legítimos interesses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia da presente sessão, do Projeto de Lei n.º 137/80, retornando à Ordem do Dia de 30 de outubro corrente.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 10/80 e o seu retorno à Ordem do Dia da sessão de 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, suspensão da sessão do dia 27 de outubro do corrente, para que sejam realizadas reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1980.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Líder do PDS

DÁCIO LEONEL — Líder do PP

RENATO BERNARDI — Líder do PMDB

ADALBERTO DAROS — Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa comunica aos nobres Srs. Deputados que após a presente sessão, no Auditório deste Poder, deverão comparecer os Srs. Secretário da Educação, Secretário dos Recursos Humanos e Secretário das Finanças, a fim de manter um diálogo com os Srs. Deputados, a convite desta Presidência.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidélcio Tolentino, inscrito.

O SR. FIDÉLCIO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 20 do corrente, o Ministro do Planejamento em viagem de busca do ouro, deu uma entrevista em Nova York, declarando a gravidade do problema econômico nacional. E não se trata apenas de um pessimismo calculado para produzir efeito multiplicador na conquista de novos fundos. Isto seria tomado como um fracasso publicamente reconhecido, e as razões que levaram o chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República a fazer essas afirmações, são as de que as autoridades do Fundo Monetário Internacional conhecem muito melhor a situação do Brasil que os próprios brasileiros dirigentes.

Já se sabe de antemão quais os resultados dessa viagem, que não só este como tantos outros Ministros têm saído a cata de recursos para solver as suas obrigações. Perguntar quanto essas viagens custariam ao País seria bordejar as amenidades, até certo ponto discutíveis e que transpiram um apetitoso sabor na opinião pública nacional. Mas o importante não está aí, e sim, em se saber para onde estão conduzindo a Nação, para onde estão conduzindo a sua economia, para onde estão levando o povo a ser encurralado.

Temos assistido a argumentos derivativos de que vivemos uma crise importada, que o sufoco econômico se deve praticamente ao problema do petróleo. Sabe-se que o Terceiro Mundo

está em estado de insolvência e por isso incapaz de solver os seus déficits em conta corrente.

Na visão do Presidente do BIRD - Mc Namara, a situação do Terceiro Mundo pode levar a aspectos políticos violentos e desastrosos, tanto para o capitalismo como também para a estabilidade da paz internacional.

Não se pode descartar que essas relativas condicionantes econômicas que entram na mecânica global das considerações, recebem também a importação do sistema de inflação que é vigente no mundo industrializado. Mas o problema não reside somente aí. E no nosso caso a situação piora, agrava, porque além de todos esses aspectos da incompetência que é uma amargura sofrida no dia-a-dia pelo povo brasileiro, nota-se que em todos os problemas de natureza econômica há desvio não só de intenções, mas também de recursos como é o caso do ouro, da Amazônia, da peste suína, das importações de cereais, dos projetos Carajás e Jari, do escândalo da Previdência Social e de tantos outros que vêm amargurando severamente a situação do povo brasileiro.

Essa situação econômica do País é aflitiva, e os únicos responsáveis por ela são os maus e ilegítimos detentores dos seus destinos. A Nação está submetida a um regime inconsequente e desumano, e o povo tem sido castigado causticamente e unicamente é chamado para pagar os impostos, não para deliberar sobre os seus destinos. E as organizações de classes, infestadas pelos agentes do poder, e ao invés de exercerem as suas prerrogativas em favor dos seus associados, usam-nas para amortizar a revolta desses indefesos contra o regime dominante.

A quem está sendo debitada essa desastrosa situação? Aos dirigentes? Não, aos que são chamados apenas para pagar impostos. Aos trabalhadores que sustentam esse fardo de compromissos assumidos por quem não os elegeu.

De nada adiante esse esforço. Esforço de mobilização, esforço de chamamento feito pelo Governo, para novas medidas de sacrifício, porque o povo não responderá e sabe mais, que os grupos que se sucedem no poder estão fazendo um jogo que não interessa ao País.

Por isso, não acreditamos mais em milagres do proselitismo fluente do Ministro e nem tampouco que as suas bagagens voltam cheias de poder aquisitivo ou de moedas para satisfazer as obrigações do País. Isso em nada resolverá, ao contrário, a nosso ver agravará mais a situação econômica e social do País.

O que precisa ser feito é entregarem o poder ao povo brasileiro, através das medidas jurídicas e democráticas, que é a convocação da Nação para uma Assembleia Nacional Constituinte e assim reformular toda a estrutura da sociedade para que ela possa, com o seu esforço, com a sua parcela de sacrifício, fazer com que o caminho seja retomado e o povo possa se conduzir de acordo com a sua vocação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

Tendo declinado, a Mesa registra a presença em nosso plenário do Deputado Federal Norton Macedo, bem como do Prefeito Nelson Santos, de Prudentópolis, que se faz acompanhar do engenheiro Jornel Yurk.

Não havendo oradores no Grande Expediente, no horário reservado à Liderança do PDS, a Mesa consulta se deseja fazer uso de seu horário.

Tendo declinado, consulta à Liderança do PMDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Minhas homenagens aos educadores do Estado do Paraná. Não é um privilégio da inteligência, mas sim de sensibilidade social. É preciso viver o meio social e conviver às esperanças do povo para compreender a importância da educação; seu significado mais profundo no mundo em que vivemos.

Educação é iniciação aos conhecimentos sistematizados, abertura para os códigos gráficos e numéricos, abertura para as leis de convivência civilizada. É a possibilidade de ultrapassar a barreira da inteligência prática com que nascem os homens, mas que só lhe permitem um estágio de civilização que está sendo superado. Educação para a vida social, com a compreensão dos valores espirituais da Humanidade e a assimilação de princípios científicos.

A educação torna possível a continuidade social pela difusão dos conhecimentos organizados, e aprofundar esses conhecimentos em muitos níveis operatórios.

Estamos vivendo um período da nossa história em que é preciso ressaltar os valores da educação e da cultura; identificar as aspirações sociais, retomar direitos consagrados. Porque não falta ao povo, ao homem mais humilde, a compreensão da importância da educação; faltam aos grupos privilegiados a idéia e a compreensão de que, hoje, não é mais possível pensar em educação como direito de casta, como projeto de dominação social.

Quando falta aos grupos no poder o entendimento da educação como direito da sociedade no seu todo; e vêem a educação como o seu privilégio acima da escola pública e da educação necessária a todos, com toda a certeza o seu governo compartilha essa posição; ofende e agride os direitos sociais da população.

Hoje no Brasil o Governo levou a educação à falência; a educação nacional, popular. E a levou à falência porque quis e criou o privilégio educacional para os ricos e quis e criou a educação espontânea dos guetos urbanos e das ruas para os demais. Para esconder a realidade de que criou um sistema educacional apenas para os grupos no poder, foi admitindo o ingresso dos filhos das classes médias no sistema escolar, mas também lhes esconder que iriam sendo derrubados, nos exames, nas promoções, nas oportunidades, no acesso aos graus superiores. E está aí o funil educacional, muito semelhante ao funil das rendas nacionais.

Fala muito mais do que a retórica estatística. E embora a estatística seja hoje uma propriedade manipulada pelo Governo, sabe-se que praticamente a metade da população brasileira não tem acesso à educação; e uma parte tem acesso apenas à escola, que não é a mesma coisa.

O modelo educacional brasileiro tem duas faces; uma, para ser exibida internacionalmente, falando dos seus esforços e sucessos; outra, para aqueles que se detêm a estudá-lo.

Depois de 15 anos de arbítrio, a esfinge da educação está aí, perante todos nós, dizendo-nos "decifra-me ou a ignorância devorará a Nação". Os estudantes sabem disso; os professores sabem disso; nós sabemos disso há muito; e o Governo sabe disso. Quem tomará a iniciativa? Para resolver de vez, sem pragmatismos irresponsáveis, a questão educacional brasileira...

A cultura nacional e a educação nacional precisam estar em acordo com as necessidades brasileiras. Uma forma e desenvolve a outra. Sem uma educação consciente e eficiente não poderá haver desenvolvimento social compatível com uma grande nação; sem um alto nível de cultura, não chegaremos ao progresso e ao bem estar desejados.

A escolaridade de 1.º grau é considerada ainda a educação fundamental - aquela que mobiliza, atrai, inicia a criança, o adolescente e o adulto não só nas informações necessárias, mas principalmente nos valores compartilhados pela sociedade e na mediação técnica e científica. Oferece a possibilidade da instrumentação da ação e do pensamento para atender aos re-

quisitos culturais, técnicos, científicos e espirituais de que a Nação se nutre.

Sem a iniciação de 1.^o grau não será possível adentrar novos conhecimentos, apreender certas leis fundamentais da ciência e da vida social. Sem a formação do 2.^o grau, consciente e eficiente, a escola não pode participar da demanda de agentes sociais e produtivos para atenderem seus próprios interesses e de toda a sociedade.

A escola brasileira está promovendo uma péssima iniciação ao aluno; e não o recupera - quando consegue continuar os estudos - no 2.^o grau, apenas lhe outorga um certificado que certifica muito pouco e o entrega a um voraz e exigente mercado de trabalho.

Como o estudante não recebe a formação e a habilitação necessárias à sua vida produtiva e social ele aspira e se desespera por ingressar na universidade. E não lhe resta outra alternativa: - de um lado reconhece a deficiência da escola; de outro, está perdido sem a formação escolar e o certificado para o trabalho.

Essas questões estão sendo debatidas pelos estudantes, pelos professores, por educadores e muitos interessados que procuram encontrar as soluções para os problemas de cultura e educação brasileiros, já que o Governo pretende continuar dominando os sistemas e subsistemas de cultura e educação públicas. É urgente e necessário que os grupos sociais mais conscientes promovam a reforma educacional, sem esperar que o Governo adote iniciativas, que apenas visam a contemporizar e manter sua dominação.

O Movimento Educação e Justiça dos professores do Paraná não foi e não é apenas um movimento salarial. Está pondo a nu a calva do Governo; sua incapacidade e inapetência para mudanças fundamentais na educação. Alega que somente o Governo Federal é que poderia fazê-lo, mas quando o atual Governador foi Ministro da Educação e Cultura não lhe passou pela cabeça qualquer mudança fundamental.

Desde algum tempo, a Associação dos Professores do Paraná, entidades de professores de Londrina, Maringá e Curitiba, promovem estudos sobre a educação, mas o Governo simplesmente os desconhece porque não são feitos por tecnoburocratas oficiais.

A crise da educação é conhecida por todos. Talvez não se conheça é o quanto o Governo brasileiro, o Governo do Estado Paraná são responsáveis por essa crise.

As três universidades estaduais estão aí, sujeitas ao grupismo político, aos interesses fora da educação. São os comandos políticos os principais culpados pela deterioração das condições de trabalho dos professores, como o Governo Federal é o responsável pelas leis, regulamentos e normas que levaram o caos à educação ministrada nas salas de aula.

O Governo Federal alimentou e autorizou a formação de uma tecnoburocracia inépta e corrupta que passou a dominar a educação. Ao nível das universidades, criou e fortaleceu os grupos políticos compostos de agentes de segurança com os carreiristas mais repugnantes, que passaram a dirigir a maioria de nossos estabelecimentos superiores de ensino. O Governo Estadual criou as universidades estaduais talvez pensando em impor os custos ao Governo Federal, mantendo nelas o seu domínio político; o encastelamento de professores e funcionários favorecidos.

Não foi por outra razão que criamos aqui nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar e avaliar a situação e o funcionamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina. Sofremos a obstrução dos interessados em manter as anomalias; estivemos sujeitos a dilatações, obstruções, boicotes e distorções na linha necessária às investigações. Não obtivemos sequer o amplo espaço público de análise e debate que deveria atrair o interesse e a compreensão de toda a sociedade. Mas as conclusões foram tiradas; e foram expedidas aos professores da Universidade de Londrina, para que melhor

compreendam quem são os seus inimigos.

O depoimento inicial do Dr. Ascênio Garcia Lopes, primeiro Reitor da Universidade, é uma demonstração de consciência pública e educacional. É a síntese das esperanças com que o povo do Norte do Paraná viu nascer aquela universidade.

Outros depoimentos mostraram a importância do projeto da Universidade de Londrina para o Paraná.

Disseram das esperanças e aspirações dos paranaenses; do seu interesse e orgulho em ingressar numa fase qualitativamente nova, com os técnicos, os cientistas, os profissionais que estaríamos dando ao Brasil, participando do mais alto nível de qualificação profissional.

Porém, a política do grupo no poder queria e desejava manter aquele e os demais estabelecimentos de ensino sob os comandos políticos, sob tutela política. E leva assim ao desgaste e ao descrédito importantes meios e instrumento de educação.

A mesma posição do Governo a respeito dos professores de primeiro e segundo graus é levada ao terceiro grau. A mesma política contra a educação, contra as aspirações educacionais de nossa sociedade.

Ficou evidenciado, nestes últimos tempos, a incompatibilidade do atual regime e seus mandatários estaduais com a educação, com os educadores.

Porque uma educação desenvolvida obriga a uma depuração no organismo social e político, diminui as chances de dominação e de manipulação política.

Como disse ontem o Deputado Nilton Friedrich, ou a educação ganha a batalha que está travando em favor do País ou o Paraná e o Brasil perdem, embora seus governantes possam sorrir de satisfação com uma vitória de Pirro.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diria que: "Cada nação e cada povo possuem a universidade que merecem. Acabaremos muito mal, nesse terreno, se não soubermos o que queremos e, principalmente, se não soubermos lutar pelo que queremos. Clarificar o nosso pensamento, a esse respeito, vem a ser parte de uma situação de luta, na qual não seremos poupados e nem nos poderemos poupar! E os professores paranaenses e brasileiros estão lutando."

O Sr. Nilso Sguarezi -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero congratular-me com Vossa Excelência pela brilhante exposição que vem fazendo, quando afirma de que o problema da educação não foi resolvido pelo atual sistema, por sua pura incompetência, concordo plenamente.

Veja Vossa Excelência um só exemplo: -- o Governo, neste estágio atual da ditadura, tem afirmado que a sua prioridade é a agricultura.

Pergunto a Vossa Excelência, no campo educacional - se é um plano sério - o que foi feito para dar prioridade ao ensino agrícola?

Vê Vossa Excelência, um Estado de grande produção agrícola como o Paraná, o que é que o Governo fez no aspecto educacional?

Nós não temos nenhuma universidade agrícola nesse Estado e os colégios agrícolas que vêm de anos antes desta maldita revolução, Sr. Deputado, a grande verdade é que passam por deficiências terríveis.

Por isso, digo a Vossa Excelência, só tinha que dar no que deu essa Revolução. Porque ela deixou de se amparar no caminho científico, caminho do saber, que só pode ser encontrado através da educação.

A crise hoje, é o reflexo da burrice que foi alçada ao Poder.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência e concordo inteiramente com o que Vossa Excelência disse. Inclusive, este Deputado fez uma sugestão à Secretaria da Educação do Paraná, para que incluísse nas escolas rurais do Estado do Paraná, uma disciplina de ensinamentos básicos e elementares a respeito da agricultura.

É um Estado eminentemente agrícola, são pouquíssimas as escolas agrícolas que temos no Paraná e o que é pior, para se criar uma nova escola agrícola a burocracia é imensa. E, as dificuldades são maiores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta Casa, muito já se falou sobre o que os professores denominaram "Movimento Educação e Justiça", ou seja, a greve dos professores do Paraná.

Não havia ainda, abordado este assunto, em função das posições aqui colocadas e que teve o nosso apoio.

Todavia, no dia de ontem o Sr. Secretário da Educação e Cultura, baixou uma Resolução que os jornais do dia de hoje publicaram. E, dessa Resolução, o Sr. Secretário da Educação e Cultura determina o recesso escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de primeiro e segundo graus, nos dias 27 e 28 de outubro vindouro. Dizendo também que, o referido recesso fica prorrogado nos estabelecimentos estaduais de ensino que não apresentem, a partir do dia 29 de outubro de 1980, ou seja, no dia seguinte da volta às aulas, condições plenas de funcionamento.

A Legislação Federal no que concerne ao ano letivo diz que esse ano letivo é de 180 dias. Se fizermos um cálculo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os professores começaram com este Movimento no dia 8 de outubro de 1980, exatamente quando se completava 140 dias do ano letivo.

Se analisarmos a Resolução do Sr. Secretário da Educação e Cultura, veremos que os 40 dias necessários ainda para que se complete o ano letivo nas escolas de primeiro e segundo graus de acordo com a legislação federal, essa Resolução determina exatamente o dia 30 deste mês para que os professores voltem a dar aula e com condições plenas, funcionando plenamente.

Se analisarmos o calendário deste ano, veremos que esses 180 dias terão que ser cumpridos até o dia 23 de dezembro. Muito bem: Do dia 30 de outubro a 23 de dezembro, nós teremos exatamente 40 dias úteis para se completar o ano letivo.

Há de se considerar ainda que os alunos do terceiro ano do segundo grau que não tiveram bom aproveitamento terão que ter o período normal de recuperação terapêutica, isto é, 15 dias a mais de aulas para recuperação e para se ter então a possibilidade de fazer um novo teste e concluir o segundo grau, para que desta maneira possa fazer o vestibular na primeira semana do mês de janeiro de 81, estabelecido em todas as universidades brasileiras.

Ao que me consta a Resolução do Sr. Secretário da Educação e Cultura é como diríamos na gíria, uma prensa nos professores do Paraná, nos que participam do Movimento, que eu acho justo; porque se este Movimento prolongar-se por mais 15, 20 ou 30 dias cairemos então no que diz a Resolução do Sr. Secretário da Educação, em que afirma de que o período de recuperação terapêutica nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus que não fôr concluído

até 23 de dezembro, fica transferido para fevereiro de 81.

A inscrição para o vestibular se faz apenas hoje com uma carteira de identidade. O participante do vestibular aprovado, tem que provar que concluiu o segundo grau.

Então, pergunto aos Srs., quantos desses 25.000 inscritos na Universidade Federal do Paraná estão para concluir o terceiro ano do segundo grau, para provar depois de passado o vestibular de que concluíram.

Se esta greve se alongar mais, fica para fevereiro de 81 a recuperação que alguns podem precisar, data já não do resultado do vestibular, mas da matrícula para o curso que escolheu.

Nestas condições, temos um quadro até esquisito no que diz respeito a este movimento e quero dizer aos Srs. que é apenas um alertamento que faço aqui hoje, demonstrando de que se o movimento parar, desde que o Governo conceda o que se pede, teremos praticamente a normalidade.

Todavia, se este movimento continuar por mais vinte ou trinta dias, será prejudicado o Estado, serão prejudicados os professores e serão prejudicados milhares de alunos que talvez nem possam até prestar o vestibular.

É apenas o alertamento que trago nesta tarde, uma vez que ficamos sabendo, de há pouco, que Sua Excelência, o Sr. Secretário da Educação, me parece os Secretários do Planejamento e Finanças virão a esta Casa na tarde de hoje, para demonstrar este quadro que está acontecendo em nosso Estado.

Assim, Sr. Presidente, fica apenas o nosso alerta para que naturalmente cada um possa também discutir com os homens do Governo que aqui vêm hoje, a possibilidade de acontecer isto.

Somente isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professor Aristeu Costa Pinto a unidade escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA (Pela ordem) — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada nominal 40 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o "Centro Cultural e Social São Francisco Xavier", com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/80, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 37/80), que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Netto", a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia — COPEL. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.O.P.T.C., por unanimidade.— COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em votação a Emenda.— REJEITADA.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, tenho a impressão, pelo resultado da votação, que a emenda foi aprovada. Portanto, requeiro de Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus devidos lugares.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados a aprovam;

20 Srs. Deputados a rejeitam.— Rejeitada.

Em votação o projeto.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós vimos votando habitualmente contra este projeto, não evidentemente em razão da figura ilustre do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, por tudo que ele representa para a história do Paraná em termos de cultura, em termos de contribuição para a educação, em termos de contribuição para a ciência histórica do Paraná, e na sua atividade como homem público.

Votávamos contrariamente, Sr. Presidente, apenas porque entendíamos que estava havendo um erro técnico no projeto, designando a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, quando, na realidade, esta Casa já tinha aprovado uma lei que foi promulgada, denominando de usina Presidente Juscelino Kubistcheck de Oliveira.

E houve, inclusive um compromisso, hoje cumprido, ao menos em parte, de alguns integrantes da Bancada do PDS, de ser apresentada uma emenda que corrigisse a falha técnica.

Lamentavelmente a emenda foi rejeitada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos agora a favor do projeto num preito de homenagem à figura do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, por tudo que ele representou para a história do Paraná.

E as votações anteriores em que esta bancada se colocava contra o projeto, jamais teve qualquer alusão à figura do homenageado, e, sim, em razão de posições que esta Casa vem tomando, contrapondo-se uma posição à outra.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro na Cidade de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/80, de autoria do Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA, que declara de

utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Escola Conselheiro Carrão", com sede e foro nesta Capital.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Uniflor", com sede e foro no Município de Uniflor. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/80, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que institui o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Frutipar-Associação dos Fruticultores do Estado do Paraná". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 60/80), que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 137/80, retornando à Ordem do Dia do dia 30 do corrente mês. Em votação o requerimento.— Aprovado.

Retirado, portanto, da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 137/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera os Cargos de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral DAS-4, passam a pertencer à Simbologia DAS-3. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES e OUTROS, que autoriza a consignação de verba que especifica, no Orçamento do Poder Legislativo. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.— por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 55/80, (Mens. Govern. n.º 51/80), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de centros esportivos e outras obras correlatas nas sedes destes municípios.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 58/80, (Mens. Govern. n.º 58/80), que aprova o termo de re-ratificação do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Londrina, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido município.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 59/80, (Mens. Govern. n.º 57/80), que aprova os termos de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e os municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, referentes ao exercício de 1980.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 59/80), que aprova proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1981/1983. Com Parecer da C.O., distribuído em avulso. Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto 123/80, trata do Orçamento Plurianual de Investimentos e por designação do Presidente da Comissão de Orçamento, tivemos a honra de ser o seu relator. E por termos o nosso voto vencido, foi elaborado novo parecer.

Srs. Deputados, se viemos à tribuna, nesta oportunidade, é porque nos parece de extrema importância a revitalização deste Poder. E exatamente neste projeto de lei transfigura totalmente a total impotência do chamado Poder Legislativo.

Tenho para mim - e este é o meu parecer, que o projeto de lei que entrega ao Poder Executivo, o Orçamento Plurianual de Investimentos, é ilegítimo, ilegal e inconstitucional.

Basicamente, a legislação sobre o assunto, está no Artigo 33, Parágrafo segundo da Constituição e basicamente no Ato Complementar número 43/69, além da Lei Estadual 5.042, de 69.

No nosso ponto de vista, Srs. Deputados, há três pecados capitais nesse projeto de lei.

Se não vejamos:

1.º — O Orçamento Plurianual de Investimentos, objeto deste projeto de lei, se origina de um plano geral de Governo que não foi apreciado nesta Casa.

Mas, o que diz a Lei n.º 5.982, de 04 de agosto de 1.969, alterada pela Lei n.º 6.206, de 13 de junho:

Artigo 1.º — A ação governamental se orientará por planejamento que vise promover o desenvolvimento econômico social, norteados-se segundo planos e programas, e compreenderá a elaboração dos seguintes programas básicos:

- a)- plano geral de Governo;
- b)- programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;
- c)- orçamento plurianual de investimento;
- d)- orçamento anual;
- e)- programação financeira de desembolso.

Srs. Deputados, esta Casa não foi chamada de acordo com a lei estadual citada e com o Ato Complementar n.º 43/69, não foi chamada em tempo hábil. Isto é, até 15 de setembro do ano em que o Sr. Governador assumiu o Governo, não foi chamada - esta Casa - a discutir o plano geral de governo que tem um rito todo especial, tem um prazo para vir a esta Assembléia, tem um prazo para esta Assembléia receber emendas e tem um prazo para o Sr. Governador aceitá-las, ou não, voltando à Assembléia. E a Assembléia, então, é que deverá concluir a discussão do plano.

Isso está no Ato Complementar n.º 43/69 e está na legislação estadual correspondente.

Não discutimos o plano nesta Casa, e o ilustre Relator que me sucedeu, na Comissão de Orçamento, alega - reconhecendo esse fato - o seguinte: que o Sr. Governador, quando mandou para cá o Orçamento Plurianual de Investimentos do ano passado, inseriu, dentro deste projeto de lei, o Plano de Governo.

Mas, data vênua do entendimento do Sr. Relator "estar na mensagem" não quer dizer que se transforme em lei.

E desafio o Relator da matéria para que apresente a esta Casa, uma lei sequer que tenha aprovado o Plano Geral do Governo.

Então, estamos discutindo uma matéria que se origina de um plano inexistente. A Assembléia não foi chamada a votar o Plano de Governo. Incorreu em erro, o ano passado, quando aprovou o Plano Plurianual de Investimentos e aprovou o Orçamento Anual porque ambos se originam de uma lei inexistente no Estado.

Corre, o Sr. Governador do Estado, inclusive, no meu entendimento, o risco de responder por crime de responsabilidade. E esta Assembléia também corre o mesmo risco, por não ter mandado, em tempo hábil, para discussão, esse Plano, com o rito que estabelece o Ato Complementar n.º 43/69 de responder por crime de responsabilidade.

O nosso segundo argumento, para rejeitar esse Plano de Lei é o seguinte:

O Orçamento Plurianual de Investimentos não preenche o estatuído em legislação especial, principalmente no § 2.º, do Artigo 33, da Constituição Estadual.

Realmente, o que diz o § 2.º, do Artigo 33 da Constituição Estadual:—

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão no orçamento durante o prazo de sua execução."

Acontece, Srs. Deputados, que apesar da forma bonita, da encadernação bonita destes documentos que temos em mãos, eles nada dizem e, para comprovar o que eu digo, tenho também em mãos para comparação, a Proposta Orçamentária Plurianual de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul.

Para mim, Srs. Deputados, o que quer a Constituição no seu artigo 33, parágrafo 2.º, é que o Governador tenha um plano e o Governo do Paraná não tem planos, não existe nada, o Governo não sabe o que fará esse ano ou ano que vem, ou daqui dois anos. Não existe um plano rodoviário e vejamos, aqui está o Plano Plurianual de Investimentos do Governo do Rio Grande do Sul, e eu cito por exemplo o seguinte: num de seus quadros: construção da Rodovia RS/122 Flores da Cunha-Antônio Prado. É o Plano Plurianual de Investimentos do Rio Grande do Sul, que diz, recursos do tesouro em 1980 para esse trecho de estrada serão gastos dez milhões de cruzeiros; em 81, trinta milhões; em 82, dezoito milhões e novecentos.

E, em investimentos, novamente repete, dizendo qual a obra e quanto se gastará. Vejamos o orçamento dos tecnocratas paranaenses, o plurianual dos tecnocratas paranaenses o que diz:

"Diz apenas o seguinte: rodovias 3 bilhões 453 milhões em 81; 82, mais 2 bilhões e 800; e, em 83, 2 bilhões e 800". E, chegam ao máximo de ao citarem as obras, como fazem no orçamento anual, chegam ao cúmulo os tecnocratas paranaenses, de citarem estradas todas as existentes e as que por ventura algum dia se precisa neste Estado e, normalmente, os ilustres Deputados sabem que colocavam no final "e ou outras".

Esta Assembleia conseguiu uma vitória, conseguiu acabar com o "e ou outras", mas, vejamos o que os tecnocratas aprontaram agora. Depois de citar inúmeras estradas, todas as estradas ainda necessárias, sem dizer quanto se gastará em cada uma por ano, como faz o Rio Grande, chegaram ao máximo da

perfeição e no final colocaram: "trechos a serem definidos". Já não são mais "e ou outras", agora é, "trechos a serem definidos".

E, vejam o requinte, chegam a dizer o seguinte:— "trechos a serem definidos"; 223 km e 300 metros. É por isso, Srs. Deputados, que esta Casa tem de parar de ser uma farsa, isto aqui não é circo para que o Executivo imagine que aqui estão palhaços, ou seremos todos palhaços.

A COPEL chega ao máximo, e está aqui dentro do orçamento dizendo que vai ter em eletrificação rural:— 500 mil e 225 metros, só não diz onde vai ser. Porque provavelmente pretende que este circo que está aqui montado, aprove o que eles querem não mais como uma relação de intenções mas, uma relação inóqua.

E, é por isso, Srs. Deputados, que é preciso fechar esse picadeiro se para isso nós aqui estamos. Vejam, Srs. Deputados, o requinte dos tecnocratas, não sabem definir quais as obras que vão fazer nos próximos 3 anos. Mas, sabem perfeitamente que farão 223 km e 300 metros, de rodovias que ainda vão ser definidas. Esses palhaços têm de ter o seu lugar.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Depois que eu concluir o meu pensamento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? Eu prometo a Vossa Excelência que será bem rápido.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado nós louvamos o zelo de Vossa Excelência na análise da Proposta Orçamentária, entretanto não podemos evidentemente aceitar os conceitos que Vossa Excelência faz dos funcionários do Estado do Paraná que compilaram a Proposta Orçamentária.

Vossa Excelência os chama de palhaços, Vossa Excelência pretende transformar isso aqui num picadeiro. Se Vossa Excelência se sente bem num picadeiro, nós não nos sentimos, queremos dizer isso de início a Vossa Excelência. Agora, é irrelevante este raciocínio de Vossa Excelência quando diz que os palhaços sabem que vão fazer tantos quilômetros e tantos metros de estrada, mas não definem onde.

É evidente que de acordo com os recursos orçamentários, previstos, é evidente que se pode avaliar corretamente o número de quilômetros e de metros a serem construídos. Apenas as prioridades é que serão definidas e a lei é elástica, Vossa Excelência sabe disso, sabe que pode posteriormente definir muito bem as prioridades.

Entretanto, para efeito de computação de despesas e previsão de receita, é evidente que o Orçamento que fixa a despesa e estima a receita, é evidente que ele fixa a Despesa de duzentos e tantos quilômetros e duzentos e tantos metros. Isto pode perfeitamente.

Eu não entendo este raciocínio primaríssimo de Vossa Excelência, na análise deste ponto da Proposta Orçamentária.

Entretanto, o nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira irá depois contraditar Vossa Excelência, e eu agradeço neste instante o aparte e peço desculpas pela interrupção.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência diz que não se sente bem num picadeiro, mas é no que querem transformar esta Casa, talvez motivados pelo vermelho do chão, talvez pelo que se passa aqui quando se examina de afogadinho as coisas sérias deste Estado.

Já disse e repito, aqui estamos tratando de matéria que inclusive é ilegal e ilegítima e inconstitucional, porque o Sr. Governador e esta Casa já aprovaram, inclusive matéria desse jaez.

Srs. Deputados, mas sobre os 223 quilômetros e 300 me-

tros, eu pergunto: no Paraná então os célebres tecnocratas que Vossa Excelência quer que não chame de palhaços, muito bem. Mas então primeiro eles distribuem as verbas, vão fazer cinco bilhões de cruzeiros de estradas, para depois descobrirem quais as estradas.

Por que não usam esse dinheiro talvez para melhorar o funcionalismo público, ou para fazer as escolas que estão faltando, ou para pagar os professores que estão reclamando? Primeiro se distribuem as verbas, depois vão ver quantos quilômetros de estradas, ou quantos quilômetros de rede precisa.

Não se tem ainda, não se sabe ainda, não se planeja neste Estado para se dizer que as estradas necessárias são tais e tais. A verdade o que se quer, o que o Executivo quer é que passemos uma promissória em branco para o Governo fazer o que bem entender.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

— É só para estranhar essa posição de estradas com orçamento previsto para determinada quilometragem. Nós sabemos que no Paraná tem diversos tipos de solo. A geologia do solo paranaense é de uma tal complexidade que, por exemplo, no Sudoeste se um quilômetro de estrada custa 10 milhões de cruzeiros, no Norte do Paraná não chegará a custar cinco milhões de cruzeiros, por causa da composição do solo.

E mais ainda, se tiver trabalho de enrocamento nessas estradas, evidentemente que o custo se elevará de muito mais do que isso. Por essa razão é absolutamente procedente o raciocínio de Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados, uma terceira razão nos levou a dar o Parecer contrário a esse projeto. E a terceira razão é a seguinte: O Orçamento Plurianual de Investimentos não guarda qualquer relação com o anteriormente proposto, tornando-se portanto um documento inócuo.

Srs. Deputados, tive o cuidado de examinar o que o Sr. Governador no Orçamento Plurianual de 1979 previa para 1981 e o que ele previu neste Orçamento proposto agora.

Assim é, Srs. Deputados, que, por exemplo, para a função legislativa, entre a previsão feita no ano passado e este ano, houve um aumento de 54 por cento. Para administração e planejamento, 120 por cento. Para comunicações, 5,4 por cento.

Isto é a previsão. Que plano existe neste País, neste Estado se de um ano para outro as diferenças são de 109 por cento? Cobriu a inflação, muito bem, mas para comunicações no ano passado precisava-se de dinheiro, este ano não precisa mais. Que planejamento é este?

Vejam, por exemplo, para o ano de 1982, as variações vão de 1,8 por cento para o trabalho ... aliás muito bem aqui no Estado a função trabalho para o Estado do Paraná, para o Governo do Paraná, ele que quer abrir novas frentes de mão-de-obra, apenas 1,8 por cento de aumento, quando a inflação vai a cem por cento.

Portanto, será diminuída a verba ainda do trabalho que já é de apenas 57 milhões de cruzeiros, num orçamento que vai a bilhões de cruzeiros. Aumenta-se 1,8 por cento para função trabalho. Para a função comunicações, por exemplo, em 1982, aumenta-se 210 por cento.

Então no ano passado não precisava. Achavam que este ano iam fazer comunicações. Não deu, muda para lá. Agora mudou para a frente.

A educação, por exemplo, houve um aumento previsto entre um orçamento e outro de 74 por cento, menos que a inflação. Em 82, vejam os Srs., a previsão é de 65 por cento. Deus queira que o ano que vem tenhamos, pelo menos, até 65 por cento, porque senão a educação ficará pior ainda do que está. São dados que estão no orçamento e quando os Srs. Deputados resolverem olhar, provavelmente vão ficar estareci-

dos. Por isso, Srs. Deputados, para não falarmos sobre o problema das emendas, eu tenho um parecer do Instituto Brasileiro de Administração Municipal que diz o seguinte: ao legislador restou apenas o direito de alterar o orçamento, dentro do mesmo item. Então podemos mudar por exemplo, se no orçamento chegasse a este detalhamento, e não chega, compra de um armário; ao legislador cabe o direito de mudar, não, compra de uma mesa.

Peço ao Deputado Fidelcino Tolentino que me alcance os documentos que ficaram em cima da mesa. Quero ler este parecer para esclarecer à Casa, porque aqui já foi dito inclusive que o Deputado Fiori Luiz devia mudar o orçamento, tirando do Legislativo e dando para educação, o que realmente não é verdadeiro. Ao Deputado não foi dado o direito e é bom que os Srs. saibam, nós só podemos mudar.

Srs. Deputados, está aqui o parecer do Professor José Afonso da Silva. Poder-se-á, dentro do mesmo programa, vejam bem, realmente emendá-lo. Portanto, não pode ser dentro da mesma função, nem passando de uma Secretaria para outra, e muito menos, do Poder Legislativo para a Secretaria da Educação.

Poder-se-á, dentro do mesmo programa, emendá-lo, mudando verba de um item para outro, dentro do mesmo elemento de despesa pessoal, ou material de consumo, ou transferência ou instalações. Não será legítima a sugestão de emenda, que transpõe a verba do elemento pessoal para o elemento material de consumo. Se nós quisermos tirar de material de consumo daqui, ou do orçamento anual, seria o caso, para dotarmos mais o pessoal, não nos é possível, não nos é legal.

Mas dentro do elemento material permanente poderão ser feitas as transposições por exemplo, visando evitar a compra de uma mesa, para destinar a verba prevista à compra de livros ou estantes.

Vejam, se eu não tenho razão de dizer que querem transformar isso num picadeiro, podemos não comprar a mesa, mas podemos comprar o armário. Enquanto isso, o plano de governo não vem para ser debatido na Casa, enquanto isso, o Governador não sabe o que será feito o ano que vem, porque a ele é dado o direito, nós legalizamos a situação, passamos uma promissória em branco, para que ele faça o que bem entender dos recursos do Tesouro. Por isso, Srs. Deputados, o nosso parecer é contrário à aprovação do presente plano de lei, sob pena de, esta Assembléia vir a compactuar com a total ilegitimidade e ilegalidade, demonstradas em nosso parecer. O Sr. Relator da matéria, que gostaria que assumisse a tribuna, o ilustre Deputado se não me engano aqui está truncado, o ilustre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que fez o voto vencedor, que redigiu o Parecer vencedor, gostaria que o ilustre Deputado viesse me responder, porque no seu Parecer, ele diz o seguinte: 1.º — “que o plano geral do governo está aprovado”, e não está. Desafio o Sr. Relator que traga a lei que aprovou esse plano.

2.º — desafio o relator, que me prove que o Artigo 33 da Constituição está sendo cumprido. E aí ele verá, que os 223,3 quilômetros de estradas, a previsão, demonstram que o Governo não sabe ainda o que fazer, e, portanto, não pode por no Projeto Plurianual. E 3.º — e nisso nós concordamos.

O Sr. Relator disse o seguinte: que “resta-nos concordar, em íntima parte com o relatório do nobre Deputado Deni Schwartz, especificamente, na inoquidade do documento, pois verifica-se sem necessidade de uma análise mais profunda, que na realidade, os orçamentos plurianuais, manifestam exclusivamente, um rol de intenções. Está aí no anexo, Srs. Deputados, é o relator, é o voto vencedor que diz que nós estamos discutindo sobre um projeto de lei inócuo, não é o meu voto quem diz isso, é o voto do Relator, Deputado, se não me engano ...

O Sr. Gilberto Carvalho — Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência que hoje, como Deputado, mas que já teve a oportunidade de pertencer ao Executivo como Prefeito, sabe muito bem que vivemos hoje, numa situação, quando Vossa Excelência observou, que no Rio Grande do Sul vem especificar em valor, o que se vai aplicar em determinada estrada, será que o Orçamento Plurianual de Investimentos é possível fixar um valor exato, quando de um ano para outro, há uma variedade muito grande no Orçamento, na sua arrecadação do Estado, um ano que nós temos, às vezes, dificuldades na produção e que cai a arrecadação do Estado, o outro ano que dobra, dificilmente pode se falar em valor real. É na realidade, um rol de intenções, e ninguém pode negar isso. E duvido que algum governo possa fazer com seriedade em três anos, fixar para cada ano, e aplicar cem por cento. Mas Vossa Excelência adiante quando se tem um recurso para compra de uma mesa, que pode mudar para a compra de uma estante. Vossa Excelência sabe que dentro de uma mesma dotação, é possível o Poder Executivo legislar por decreto; mas dentro da mesma dotação. Não se pode jogar da educação, para ponte. Ou de estradas, para a saúde. Dentro da mesma dotação é permitido, este remanejamento. Mas não de uma dotação para outra. E acho que o Governo age muito bem, quando se sabe que o rol de intenções não adianta querer tapear nos três anos, e especificar com realidade em quilômetro, em metro, em valor real. É preciso que anualmente, que se pode chegar o mais próximo possível, com valores. Mas não acredito que neste Plano Plurianual de Investimentos possa-se fixar um valor real. E é por isso que neste Orçamento Plurianual de Investimentos, em que o Governo fala em quantidade de estradas que se pretende, que é possível, 200 e poucos quilômetros de estradas. Depois remanejar de um ano para outro. Mas, no Orçamento Plurianual, fixar em valor real, é praticamente impossível, sabe bem Vossa Excelência. Neste Orçamento Plurianual, é que nós poderemos aproximar e poder fixar um pouco melhor a posição do Estado, em cada setor.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência acaba concordando comigo: que estamos discutindo um documento completamente inóquo. E se é inóquo, 58 Deputados não deveriam ser chamados para estar discutindo se reunido e simples e puramente se deveria acabar com este tipo de Orçamento.

Agora, vejam bem, Srs. Deputados, não posso concordar que o Governo não saiba o que vai arrecadar o ano que vem. Tanto assim que os Orçamentos do Estado do Paraná têm praticamente batido.

Este ano consta no Parecer aqui, que inclusive houve até um excelente superavit. Mas existe também toda uma legislação, que permite ao Executivo alterar este Plano Plurianual. Pode mandar mensagens à Assembléia. Vamos admitir que uma estrada se torne necessária, durante a vigência do ano e que não esteja prevista, o que impede o Sr. Governador, de mandar uma Mensagem à Assembléia, pedindo a inclusão dessa estrada, em detrimento de outra. O que nós tentamos aqui, desta tribuna, é o que se tentou há poucos dias, no Congresso Nacional, quando se procurou retornar as prerrogativas do Deputado.

Se nós vamos concordar, conforme diz aqui o Sr. Relator, no final da sua exposição; “assim não há como obstar a sua aprovação.”

Mesmo porque, acredito que o Sr. Relator não estava tão convencido das suas razões, porque diz o seguinte: “mesmo porque, se aprovado o projeto, prevaleceria a proposta, o que redundaria no mesmo efeito”.

Isto quer dizer, que o Relator está dizendo que tanto faz, como tanto fez, nós analisarmos, aprovarmos ou não aprovarmos.

É por isso que chamei e disse que querem nos transformar de meros palhaços e isto aqui num picadeiro. Porque,

para que nós discutirmos uma Mensagem, se ela a priori, se nós não aprovarmos, ela vai prevalecer à Mensagem. Qual a razão então, da Assembléia.

O que nós estamos fazendo aqui?

É por isso, Srs. Deputados, que sabendo inclusive o final disso, nós fomos estudar, fomos procurar a fundo e aí descobrimos, inclusive, que estamos discutindo sobre bases institucionais. Porque o Governo, e eu não acredito que seja por maldade, mas porque os tecnocratas do Governo não sabem que existe a Assembléia; não conhecem a lei, não mandaram para a discussão desta Casa, conforme prevê o Ato Complementar n.º 43, não mandaram o plano.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, o eminente Líder do PDS protestou quando Vossa Excelência rotulou os funcionários do Estado, de “palhaços”. Eu entendi perfeitamente que Vossa Excelência não os preferiu chamar “tecnocratas”, mas de “palhaços”.

E no aparte que o Deputado Gilberto Carvalho deu a Vossa Excelência ele falou que não adiantaria fazer a tapeação no sentido de que o Plurianual é uma mera intenção e de que nada seria cumprido rigidamente.

Quero dizer que realmente é uma grande enganação o que acontece com a tecnocracia. E para chamar os funcionários todos, os tecnocratas do Paraná e do Brasil, não vou usar minhas palavras, vou usar as palavras de um cidadão que na semana passada a maioria deu o título de Cidadão Honorário do Paraná, e que falou isso quando era Ministro da Fazenda, o Sr. Karlos Rischbieter.

No dia 7 de dezembro de 1979, no Aeroporto de Congonhas, em S. Paulo, ele falou o seguinte: “há um erro de informação. Não é o Governo, como um todo, que quer conscientizar o povo da gravidade da situação, mas apenas uma pequena fracção. A maioria dos que estão no Poder, preferem mesmo continuar a mentir, processo que atingiu momentos de grande intensidade a partir de 1974, quando, apesar dos novos preços do petróleo, se dizia que o País era o único, ou um dos poucos que, graças aos seus governantes, não estava e não seria atingido pela crise energética.”

Veja Vossa Excelência de que o próprio Ministro no exercício do Ministério, afirma que a maioria prefere continuar a mentira ao povo. Concorde com Vossa Excelência que talvez o Governador desconheça totalmente, porque, na realidade, quem governa, quem manda, quem vai determinar qual a obra a ser feita é a tecnocracia no País, e não é o Governador em si.

Quem vai definir os projetos, os planos, os programas na sequência das coisas é normalmente o segundo escalão.

Por isso, concordo com Vossa Excelência, quando diz que este Poder, na realidade, cumpre uma mera formalidade, na essência, mesmo que a Bancada Situacionista aqui quisesse, constar no Orçamento e aí pusesse uma determinada obra, ela só seria cumprida, só seria efetivada e concretizada, se o segundo escalão quisesse.

E os nobres Deputados da Situação conhecem disso, e têm experiência própria. Devem ir às Secretarias, aos gabinetes e aos corredores implorar e pedir para que as obras sejam feitas; as determinações do Governador - e nós sabemos às vezes, - o próprio Governador manda ser feita alguma coisa, e estas coisas emperram e empacam e não são cumpridas.

Não é debalde, Sr. Deputado, que muitos administradores no Brasil, muitos administradores de cúpula, chegam a adoecer, porque, na realidade, têm o Poder nas mãos, querem fazer as coisas e não conseguem pelo emperro da máquina administrativa.

Está aí, e Vossa Excelência deu uma demonstração perfeita e o aparte do Deputado Fidélino Tolentino esclareceu:

vão fazer 13.220 quilômetros e 200 metros, e vão definir a estrada.

Mas, uma estrada na Serra do Mar, com uma topografia como tem, será o mesmo custo do que uma estrada no Norte do Paraná, onde as terras planas, praticamente, do Oeste, não ocupam terraplenagem nenhuma? Cavar na rocha e na terra é uma diferença gritante, nobre Deputado. E o eminente Líder do PDS veio dizer de que era ingênuo e infantil o argumento espendido por Vossa Excelência?

Data vênha não dá para entender. Ou é pedra ou é terra, e as coisas ficam tudo no mesmo.

Por isso, concordo com Vossa Excelência, um verdadeiro desabafo que Vossa Excelência, como engenheiro, como técnico e como político, sente os dois quadros, e concordo plenamente: a avaliação é perfeita e total.

Quando Vossa Excelência diz que querem transformar isto num picadeiro, não é com esta Assembléia. Vossa Excelência não está querendo dizer que é o Governador que quer fazer isso. Vossa Excelência está dizendo que é a estrutura toda montada neste País.

Não é só esta Assembléia Legislativa. Não é só a Assembléia de São Paulo, não é a Assembléia do Paraná. É o regime que está aí. São os militares usados por esta tecnocracia.

Por isso, nobres Deputados, meus parabéns pela exposição brilhante de Vossa Excelência realmente chega ao âmago do problema.

Meus parabéns pelo belo trabalho realizado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi e diria que não acredito que alguém, nesta Casa, não queira entender isso.

Talvez aí esteja o mal. O sistema entortou a boca de muita gente. E há muito mais interesse hoje, em entregar imediatamente um documento ao Sr. Governador que ele, provavelmente, não conheça, do que discutir as coisas paranaenses.

Depois, quando os movimentos populares tomam as bandeiras das reivindicações e vão às ruas, aí fica muito cômodo dizer que foram os Deputados da Oposição que os incentivaram.

Não se entendeu, ainda, que a classe política não tem mais força para nada. Não temos mais força para isso, nem para mandar o pessoal para as ruas, nem para pedir que eles parem, porque a classe política está, aos poucos, “entregando o ouro para os bandidos”. A classe política, não está, inclusive, ajudando o Executivo, porque, como disse Vossa Excelência, nós entregamos nas mãos dos tecnocratas, daquele segundo escalão que infesta o País, de cima abaixo, a definição do que é prioritário.

Então, não somos nós que dizemos, não é o Deputado Luiz Alberto Oliveira, o Deputado Túlio Zanchet, o Deputado Nilso Sguarezi, ou eu, quem dá as prioridades para o Sudoeste. São os tecnocratas. E os tecnocratas de determinados setores, que tiverem mais convicção da coisa, mais conversa, poderão até - quem sabe - puxar televisão a cores para o Sudoeste.

Enquanto o problema da agricultura perece.

É por isso. Por que? Por que? Porque abrimos mão de nossos direitos. Vamos rejeitar este projeto. Rejeitado esse projeto, a nós - da Oposição - nada valerá. Mas, garanto que, aos homens da Situação, as portas do Palácio se abrirão para saber o que está havendo com a Bancada. E eles, inclusive, passarão a ser mais respeitados.

Porque, até no lance dos professores, os Deputados do PDS, na hora do pega mesmo, na hora do povo estar em frente ao Palácio, foram chamados para intermediar. Só foram lembrados na hora que o Palácio estava sendo assediado. Por que isso não foi feito antes? Porque os Deputados não querem. E depois ficamos nós aí a criticar o militar, o professor. Nós é que estamos acovardados nesta Casa e nas Casas Legislativas.

Não foi militar nenhum que impediu as prerrogativas dos Deputados. São os próprios Deputados que preferem ficar no "dulce farniente", que não querem, realmente, tomar conta deste País, porque está tudo muito bonito com as suas mordomias; está muito bonito sem fazer nada. Não querem estudar os problemas brasileiros. Fica mais fácil até acusar as multinacionais, os militares, os comunistas, a igreja, mas, onde estão os Deputados, na hora da verdade? Na hora de mostrar que isto aqui é uma palhaçada? Os Deputados se escondem, como dizia aquela faixa do Sudoeste: "onde estão nossos Deputados, estão embaixo da cama?" "Porque esta Casa também se incorpora aos demais legislativos deste País que se acovarda.

O Rio Grande do Sul diz quanto vai gastar ano por ano, porque lá a maioria é da Oposição, lá existe oposição em maioria. E é por isso que os professores ganharam quando se levantaram e não precisaram ir à greve.

O Sr. Gilberto Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero parabenizá-lo e confessar o luto que estamos sentindo neste momento, quando Vossa Excelência muito bem conseguiu desmascarar a farsa da democracia brasileira: o Poder Legislativo completamente sem poder.

Vossa Excelência conseguiu deixar, com argumentos embasados na realidade, na verdade, com argumentos incontestáveis, conseguiu deixar clara a real situação da suposta democracia brasileira exercida a nível federal, estadual e municipal.

Realmente, se não tivéssemos imbuídos de esperança, esperança nas idéias, nas idéias que estão dia-a-dia tomando força no verbo que está encarnando nos movimentos populares, que estão conseguindo sensibilizar parte dos políticos, a esperança de chegarmos realmente a uma democracia, deveríamos todos, os que realmente devem responsabilidade à sua consciência, renunciar.

Mas, ainda esperamos, ainda esperamos. Nobre Deputado, falou-se aqui da elasticidade da lei e, lembro aqui, o Senador Paulo Brossard quando uma vez também falou dessa elasticidade, dizendo que: "todos são iguais perante a lei, mas alguns são mais iguais que os outros".

Talvez, seja esta a elasticidade, a elasticidade de um plano.

Talvez, seja para simplesmente atender apetites políticos de certos comandos, segundo as necessidades de cada região.

Existe elasticidade para prever estradas não previstas, verbas para estradas não previstas. Mas, não existe elasticidade para prever mais verbas para professores, que podem ser previsíveis, que estão aí.

Realmente, existe elasticidade para aprovar certos requerimentos e rejeitar outros, existe elasticidade para tudo.

No entanto, se nos reportarmos à matéria, nos sabemos: "que o ferro frio, é menos elástico do que o ferro incandescente".

E acredito, que a medida que vai avançando, que vão estreitando os caminhos democráticos, haverão de enfrentar a não elasticidade, ou a super elasticidade do ferro quente.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Deputado Deni, é um prazer ouvir uma exposição como Vossa Excelência vem trazendo à Casa, provando que não só folhou, mas estudou o Plurianual, que é raro nesta Casa, exatamente porque, entre outras coisas se faz aqui, o processo de votação, não o processo de convencimento.

Mas, isso exatamente também traduz o que o ilustre

Deputado clareou mais ainda, é o Parlamento de joelhos, é o Parlamento dócil, que nós sentimos coisas incríveis como essa das prerrogativas, em que quase 300 Deputados, foi a primeira emenda desde 1964, que conseguiu um número tão expressivo de subscritores e, inclusive, do Ministro da Justiça que depois articulou e exigiu que, a Maioria, retirasse o apoio à emenda na hora da votação.

Neste País, nega-se a assinatura à autoridade máxima da justiça hoje, ontem assina e hoje, nega e rasga.

O Partido do Governo, o PDS, que tem a maioria e portanto poderia, e tem exatamente poder para isso, poder de mudar algumas coisas, tem no seu programa aspectos importantes para a vida pública mas que rasgou no primeiro dia que surgiu o PDS, na primeira expectativa de votação de qualquer emenda.

Vamos acreditar no que, Deputado?

Eu exatamente, quando se trazer aqui o Orçamento de 81, também voltaremos a tratar deste tipo de assunto, porque nós acabamos, como disse, não se fazendo aqui um processo de convencimento mas só um processo de votação.

Vossa Excelência poderá ficar aí vinte dias da tribuna falando, discutindo, mostrando, mas o resultado da votação será aquele que o telefone do Palácio Iguaçu determinar.

Eu só, ilustre Deputado, termino o meu aparte lembrando que era o mesmo Parlamento que nós temos hoje no Brasil, era o Parlamento da Nicarágua. Era. Talvez, Deputado, nós tenhamos que, infelizmente, viver no futuro coisas que nós não gostaríamos de viver e ver, porque o presente, a sociedade civil, através de parte dos seus representantes e Vossa Excelência bem disse, culpamos muitas vezes os miliaarea mas eles estão aí exatamente porque os civis ou estão omissos, passivos, ou estão inclusive se aproveitando da situação. E quem poderia mudar, não muda. E aqueles que lutam para mudar são chamados de comunistas, de subversivos, de marxistas, leninistas e outros "istas", porque não têm outra argumentação quem assim quer na verdade condenar e criticar.

Eu agradeço o aparte e me lembro que nós infelizmente deveríamos no Natal que vem aí fazer presentes especiais. Por exemplo, espelhos para na manhã de cada dia muitas de nossas autoridades e muitos políticos vissem melhor o seu presente para visualizar melhor o futuro.

Muito obrigado, Deputado e parabéns pela sua análise.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu, antes de encerrar e conceder o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, diria o seguinte: acho que todos nós deveríamos começar a pensar nas nossas responsabilidades, que estão aí a nos desafiar, porque senão as coisas fugirão ainda mais do controle e não se poderá esperar boa coisa.

Eu concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Deni Schwartz, nós estamos agradecendo primeiramente a Vossa Excelência por essa deferência em nos conceder esse aparte. Queríamos apenas divergir do aparte do Deputado brilhante, o futuro, o homem do espelho mágico, que falou em espelho. Espelho é uma coisa muito séria. Os Deputados do PDS, os Deputados do PP, do PTB, do PT e do PMDB estão voltados para um só pensamento. O espelho, a carapuça eu acho que cabe a todos, porque se houve falha no processo em Brasília, onde Deputados do PDS fazendo, talvez uma jogada política que não veio satisfazer à Oposição, não é que eles sejam covardes ou que eles sejam entreguistas. Mas estamos todos no mesmo barco.

Quando se fala em Somoza, quando se fala no caudilho do Irã, o homem que hoje está levando o País ao caos, então

nós dizemos no Brasil que dos males o menor.

Porque nós também estamos lutando contra este estado de coisas. E queremos dizer a Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência como ao Deputado Nelton Friedrich, são homens também voltados à causa brasileira embora o Deputado tenha uma ligeira conotação esquerdista ou vermelhista, ou comunista talvez. Ele mesmo é quem acabou de confessar.

E nós, como autênticos cristãos, como homens que queremos ver o País sob a égide de Cristo, não podemos estar escutando balelas, Deputado. Não podemos receber espelho porque nós devolvemos o espelho com a conotação do Espelho Mágico, que sirva para que o Deputado Nelton Friedrich se olhe no espelho e se mire e não queira ver este País mergulhado em sangue, quando ele vive propagando a Revolução sangrenta que nós preferimos fazê-la com a Revolução cristã. Não queremos ver a égide de Cristo arrancada deste recinto, e seria uma barbaridade propagarmos aqui a Revolução sangrenta. O espelho devolvemos ao Deputado que nos quis impingir e nos chamar de covardes. Covarde é aquele que quer ver o País mergulhado em sangue. Covarde é aquele que quando é aliado do contexto da greve de professores, continua teimando e uma advertência não adianta, porque os professores já têm os seus candidatos a Deputado.

Muito obrigado.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — O problema é o seguinte, não posso responder ao aparte do Deputado Gabriel Manoel porque parece que o problema não é só do espelho, é de aparelho auditivo, já que ninguém aqui falou em banho de sangue. Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Muito obrigado. Deputado Deni, não entrarei na discussão propriamente da matéria que Vossa Excelência analisa da tribuna, mas entendo que não posso silenciar diante de uma afirmação que Vossa Excelência fez que, me parece, e tenho certeza que é realmente profundamente injuriosa, quando diz que os Deputados do PDS foram ao Palácio intermediar a convite do próprio Palácio, com referência à greve dos professores. Vossa Excelência comete uma injustiça não com este Deputado, não com o Deputado David Cherigate, não com o Deputado Augusto Carneiro, mas principalmente com o Presidente desta Casa, que não pode participar dos debates nesta hora, porque na presidência do Poder comanda esta sessão. A iniciativa, a bem da verdade, foi do Deputado Fabiano Braga Côrtes, para simplesmente ajudar, sem chamamento de quem quer que seja.

Peço a Vossa Excelência que repare a injustiça, não por este Deputado, mas pelo Deputado Fabiano Braga Côrtes, que tem, como magistrado, procurado presidir esta Assembléia Legislativa.

Lá estivemos, espontaneamente, para contribuir e, tenho a convicção de que oferecemos a nossa contribuição.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Não vejo como tenha ofendido qualquer Deputado que por ventura ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — ... por livre e espontânea vontade, ou não, tenha ido ao Palácio.

Acho e defendo este direito. É até uma pena que não tenha ocorrido como eu afirmei; porque se o Executivo tivesse convocado o que seria? Seria altamente significativo para este

Parlamento, porque exatamente é a classe política que deve intermediar. Eu estava achando um espetáculo o fato de, de repente, lembrarem que os Deputados existem, e é uma pena que não tenham lembrado que existem. Porque agora o ato fica como um ato de nobreza dos Srs. Deputados que tiveram a coragem de irem intermediar, porque precisava coragem.

Realmente, a nossa missão é esta, de evitar os conflitos. Somos nós que devemos tentar evitar as greves. Somos nós que deveremos tentar acertar as classes. Por isso estamos aqui, representando as diversas classes, as diversas camadas. Se os Srs. foram espontaneamente, meus parabéns. Mas gostaria de incluir também as minhas felicitações ao Governo do Estado.

Infelizmente Vossa Excelência retira isto. Não houve demérito algum em os Senhores, irem lá. Pelo contrário, ruim é ficarem escondidos. Precisamos participar, os Senhores e nós, dos movimentos, para acharmos soluções. As soluções somos nós que temos que dar e não apenas as classes; porque daqui a pouco uma classe mais forte vai querer ganhar um milhão de cruzeiros por mês e aí, quem vai pagar? Cabe a nós, neste momento, o papel de árbitro e quando os Senhores foram, eu pessoalmente ainda disse aos companheiros, acho que está correto, eles é que são os homens indicados para intermediários.

Por isto fico satisfeito em saber que foi iniciativa dos senhores. Mas lastimo que o Governo não tenha chamado os Senhores como legítimos homens que receberam os votos, inclusive daqueles professores que estavam ali e de toda a sociedade.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e realmente eu quero me penitenciar, de acordo com as afirmações do nobre Nilso Sguarez, em chamá-lo de gênio, ao discutir a proposta orçamentária, o Orçamento Plurianual do Governo. Eu peço excusas a Vossa Excelência e a todos os Deputados que o apartearam, do PMDB. V. Ss. são inteligentes. Longe de serem ingênuos. V. Excelências estão cumprindo o papel da Oposição; e a Oposição tem que gritar, efetivamente, tem que protestar, tem que mostrar serviços. Tem que invocar a junta sandinista, tem que ofertar espelhos aos Deputados do PDS, a Oposição está no seu papel, nós compreendemos isto, perfeitamente.

Agora o que nós não podemos aceitar, nem de Vossa Excelência, nem dos Deputados que o apartearam, porque são todos brilhantes, todos além de jovens, cultos, Deputados com muita base, muita estrutura cultural, nós não podemos aceitar que Vossas Excelências queiram impingir a nós outros, um atestado de burrice. O que Vossas Excelências estão pretendendo, é se emiscuir nas atribuições do Poder Executivo. Vossas Excelências conhecem as duas constituições: a Federal e a Estadual. Vossas Excelências sabem muito bem o que dispõe o Artigo 21 da Constituição do Estado, sabem também que o que dispõe o artigo 35 da Constituição do Estado, sabem que são atribuições exclusivas do Poder Executivo, as despesas com obras públicas. Vossa Excelência está insistindo nos duzentos e tantos quilômetros e 20 e tantos metros. Ora, o Estado fixa a sua despesa, através de uma estimativa de Receita. E eu volto a repetir, é evidente que para o setor rodoviário, o Governo tem que fazer um plano de obras, que foi remetido à Casa. Esses quilômetros de estradas, serão fixados como prioridade, através de Decreto, que é função exclusiva do Poder Executivo. Ou queriam Vossas Excelências da Oposição, que a Oposição fosse determinar, através de um Decreto Legislativo, a estrada "X", ou a estrada "Y". É uma santa ingenuidade nesse ponto de vista, se Vossas Excelências continuarem a esposar este ponto de vista. É evidente que as prioridades são fixadas pelo Poder Executivo. Esteja lá no Governo Ney Braga ou amanhã esteja João da Silva, lá em cima; é o Poder Executivo. Ao Poder Legislativo, compete apenas a fiscalização da execução orça-

mentária e a análise da Proposta Orçamentária, é o que a Casa está fazendo.

Outra afirmativa incoerente do nobre Deputado Nilton Friedrich, quando afirmou que Vossa Excelência poderia ficar falando uma hora, duas, três horas, aí, que não adiantava, que o Palácio Iguaçu há havia determinado a aprovação da matéria. Então nos anos anteriores, inclusive com o voto do Deputado Nilton Friedrich, também recebeu determinações do Palácio Iguaçu, porque votou favoravelmente à Proposta Orçamentária, do exercício anterior.

Então são estas incoerências que nós não podemos aceitar como não aceitamos também a carapuça que Vossa Excelência tentou jogar principalmente aos Deputados do PDS, dizendo que um determinado número de Deputados haviam entortado a boca nesses 15 ou 16 anos de arbítrio, ou de governo revolucionário. Absolutamente, nós não entortamos a boca; nós aceitamos nos candidatar dentro de um regime vigente no País. Nós fomos eleitos, sabendo das limitações e das restrições que se impunham ao Poder Legislativo. E aceitamos. E estamos aos trancos e barrancos, cumprindo com o nosso dever; porque ruim com o Poder Legislativo, muito pior sem ele. Ninguém está de boca torta, nobre Deputado. Nós apenas temos consciência, das limitações impostas ao Poder Legislativo; limitações que aos poucos nós vamos conseguindo alargar, que vamos conseguindo romper alguns tabus que existem com relação às prerrogativas do Poder Legislativo.

Não quero discutir a votação ocorrida em Brasília por ocasião da Emenda Flávio Marcílio; não quero discutir porque foge ao âmbito estadual. Lá tivemos as bancadas de diversos partidos do Paraná, na Câmara Federal, que devem assumir a responsabilidade pelo seu voto e pelos seus atos.

Lamento interromper Vossa Excelência e agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quanto ao fato de Vossa Excelência aceitar as restrições e limitações, é um problema de foro íntimo que respeito.

O Sr. Erondy Silvério — Quando me candidatei eu as conhecia e Vossa Excelência também, e aceitou se candidatar. Não venha agora, dar uma de vestal aqui.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu quando me candidatei aceitei, exatamente para poder mudar, para não ter de ficar e tentar mudar de uma maneira que não seria política, talvez incentivando aquilo que todos nós condenamos.

Mas, apenas para esclarecer. Parece-me que não fui bem entendido pelo ilustre Líder do Governo. Diz ele que as prioridades - e logo terminarei, Sr. Presidente - devem ser fixadas pelo Executivo. Quero discordar totalmente.

As prioridades devem ser discutidas com o Executivo, pelo Legislativo, para que se estabeleça um plano e esse plano seja executado pelo Executivo, e aí a inconstitucionalidade do que estamos discutindo: este plano não foi discutido nesta Assembléia, dentro do ritual que se faz necessário.

E vejam os senhores: quando o nobre Líder cita os 223 quilômetros e 300 metros. O tecnocrata foi suficientemente capaz de prever, entre outras, a seguinte estrada: Paula Freitas-Rio Macaco, com 3 quilômetros e 900 metros, e não foi capaz de prever 223 quilômetros e 300 metros.

E eu não posso admitir que seja de boa norma, aliás, é contrário à lei, que se estabeleça tantos cruzeiros para rodovias e se procure, depois, achar rodovias para encaixar na quantia de dinheiro necessária, além disso ser impossível tecnicamente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o Projeto de Lei n.º 123/80.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós verificamos da longa exposição do Deputado Deni Schwartz, da tribuna, que Sua Excelência opõe-se à votação e à aprovação do Plano de Lei ora em debate, por duas razões fundamentais: a primeira de ordem jurídica, a segunda de ordem técnica e política.

Com relação à primeira colocação que o Deputado Deni Schwartz fez como engenheiro brilhante que é, em termos jurídicos constitucionais e legais, ousou discordar das suas colocações. Em primeiro lugar, porque Sua Excelência diz que o plano do Governo Ney Braga não teria sido votado nesta Casa.

E venho a este debate desarmado de estudos anteriores, mas até por um convite que o Deputado Deni Schwartz me fez ao início desta sessão, e procurei informar-me a respeito das leis que regulam a votação de Orçamento nesta Casa.

Cheguei a ler o Parecer do Deputado Deni Schwartz, vencido na Comissão de Orçamento.

Diz Sua Excelência que o Plano do Governo Ney Braga não teria sido votado e aprovado por esta Casa.

Se realmente isso tivesse acontecido, estaríamos, hoje, praticando uma votação ilegal. Mas, na realidade, tal não ocorreu.

Porque, tenho em mãos o Projeto de Lei n.º 133/79, que se refere ao Orçamento Plurianual de Investimentos, ao Orçamento Anual de 80 e o Plano de Ação Governamental para os exercícios de 80/82.

É fácil verificarmos que esta lei votada e aprovada por esta Casa, no dia 12 de novembro de 1979. E o referido projeto de lei havia sido aprovado, na CCJ, por unanimidade e, neste plenário com concurso de votos dos homens da Oposição. Votos brilhantes.

Aliás, o Plano do Governo Ney Braga todos conhecemos. Tem aqui uma série de referências, de dados, a respeito da situação do Estado e detalha os aspectos prioritários da ação governamental do Estado do Paraná, quais os objetivos para o aumento da renda real pessoal, subdetalhados, depois, nos itens: no estímulo da geração de novos empregos; no apoio integrado ao pequeno produtor; na contribuição da melhoria da renda pessoal; na contribuição para melhoria da renda agropecuária industrial; na capacitação profissional; na contribuição indireta ao aumento da renda real, pessoal, de cada habitante brasileiro do Paraná.

O objetivo é a Ação de Incremento e Difusão do Bem Estar, com sub-itens de organização regional e de divisão de responsabilidade social das entidades; assistência técnico-administrativa e financeira aos municípios; apoio à correção dos desequilíbrios regionais; objetivos e ação para os incentivos e desenvolvimento e promoção cultural e desportiva; inventário do perfil sócio-cultural e do patrimônio artístico e histórico do Paraná; preservação de sítios históricos e paisagísticos; estímulo ao intercâmbio cultural e a participação das comunidades em promoções desportivas e culturais; promoção e desenvolvimento artístico-cultural; objetivos e ação para o aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e social, visando ao desenvolvimento do interior; estímulo à pesquisa básica e aplicada; integração das obras de infra-estrutura nas regiões limítrofes; aproveitamento hidrelétrico e mobilização energética; pesquisa de recursos minerais; preservação ecológica; preservação das matas; capacitação da massa para ciência e tecnologia; objetivo e ação para o aprimoramento do desempenho das responsabilidades institucionais; representação político-protocolar e comunicação social; administração da receita e despesa gover-

namental; planejamentos e programas orçamentários do setor público; modernização organizacional e administrativa; gerência de recursos humanos; encargos institucionais; atividades legislativas e judiciárias; contribuição do Paraná ao esforço do desenvolvimento nacional; expectativas de apoio federal ao Paraná.

Portanto, os Srs. Deputados, podem verificar que o Plano de Lei que o Governador Ney Braga estava obrigado a remeter a esta Casa, para cá foi remetido.

O Sr. Airton Cordeiro – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, Vossa Excelência lembra com muita felicidade não só a elaboração do Plano como a apreciação dele pela Assembléia Legislativa, e peço permissão a Vossa Excelência para acrescentar dois dados que são bastante significativos.

O primeiro deles, o Plano de Governo só foi elaborado depois de uma audiência profunda de todos os Prefeitos do Paraná, que através das suas micro-regiões, estiveram debatendo este plano com o Secretário de Planejamento e com as áreas da administração estadual nele envolvidas.

E, o segundo dado, é que antes do encaminhamento deste plano a esta Assembléia, o Secretário do Planejamento convidou os Srs. Deputados para participarem de uma reunião no Auditório do Edifício Castelo Branco.

E, lá estiveram presentes Deputados não só do PDS, Deputados de todas as bancadas na época duas bancadas, de ambas as bancadas então, ARENA e MDB.

E, ao final da reunião, Deputado Luiz Alberto, houve aplausos generalizados à exposição do Secretário Véspero Mendes. E tenho bem viva na lembrança, a imagem daquela reunião a partir do momento em que a palavra foi franqueada para que houvesse, se possível, um debate. E, houve duas ou três indagações ao Secretário do Planejamento e, chegou-se à conclusão, que o plano era aquele que realmente convinha aos interesses do Paraná.

Então, quando eu afirmo que Vossa Excelência tem a felicidade de remontar este quadro e, quando invoco essas duas passagens, eu quero simplesmente dizer que, houve a participação na elaboração do plano da classe política, representada por aqueles homens que têm a necessidade mais imediata ao seu lado, que são os prefeitos. E, através da participação e da audiência, antes do encaminhamento do plano à Assembléia, dos Srs. Deputados, todos de todas as bancadas presentes, junto ao Secretário do Planejamento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e recordo bem, a participação dos ilustres parlamentares, à época em que foi analisado o plano. Inclusive, do próprio Deputado Deni Schwartz, meu estimado companheiro de representação política do Sudoeste, quando Sua Excelência dizia que o plano era bom mas que entendia que o plano não seria viável no Estado do Paraná, exatamente pelo objetivo do plano do Governo Ney Braga, que era o apoio especial ao setor social.

Mas, Vossa Excelência analisou bem o plano de Governo Ney Braga, não iniciou do plano de lei, ele foi levado ao debate com as associações de classe, com os prefeitos, com as representações regionais, com as representações políticas. Ai se montaram diretrizes globais, para a ação governamental no período 80/83.

Posteriormente, foi encaminhado para esta Casa, o Projeto de Lei 133/79, objeto dessa reunião que Vossa Excelência se refere na Secretaria de Planejamento, e votado e aprovado, nesta Casa, pelo apoio unânime de todas as bancadas.

Veja Vossa Excelência que, realmente, a colocação do eminente Deputado Deni Schwartz, a quem eu respeito e aplau-

do, pela decisão em transformar este plenário hoje, num foro de debates do plano governamental.

Realmente, foi votado e Sua Excelência não foi feliz, quando disse que nós votaríamos aqui uma lei ilegal, ilegítima e inconstitucional.

Mas, aplaudo a decisão do Deputado Deni Schwartz, em trazer à Casa a discussão deste assunto.

Gostaria que todos os dias, nós tivéssemos a oportunidade de manter um diálogo nestes termos. Porque o orçamento, porque o recurso do Governo é do povo do Paraná, e para ele será voltado através de obras. E, esta Casa tem o dever e a obrigação de debater, projetos de lei desta envergadura.

Só me recrimino pessoalmente, e creio que esta recriminação é de todo o Parlamento. Por nós não termos aqui, na Assembléia Legislativa, um setor competente para que nós fizéssemos uma análise mais detalhada, mais minuciosa, de todo o plano de lei. Este é o mal e um pecado dos legislativos modernos. Nós não estamos suficientemente equipados. Quando nós culpamos os tecnocratas e eu quero confessar que pessoalmente tenho horror à tecnocracia. Se há classe neste País que tomou as decisões mais infelizes, foi exatamente a classe dos tecnocratas.

Mas será que não cabe culpa a nós, parlamentares, que não nos instrumentalizamos o suficiente para debatermos com dados, com informações extremamente precisas a real situação dos investimentos do Estado do Paraná?

Será que não é a hora, nesta Casa, de nós deixarmos somente as discussões partidárias, para que nós tenhamos aqui um Parlamento onde haja um setor de informática, onde nós tenhamos assessoramento suficiente para que realmente com os dados a nossa disposição nós possamos travar em igualdade de condição um debate com os tecnocratas que nos atiram às centenas os números que eles entendem suficientemente necessários para que nós possamos votar os projetos de lei?

Creio que o problema do Parlamento moderno hoje não é apenas um problema institucional, mas é também um problema do aperfeiçoamento das suas estruturas. E aqui eu quero me penitenciar e quero convidar a todos os Parlamentares para que se preocupem com este tema. Tenho acompanhado com muito prazer as discussões de idéias de ilustres Deputados através dos jornais a respeito do aperfeiçoamento deste tipo de trabalho nesta Casa.

Quando nós nos referimos aqui a um problema por exemplo da construção de grandes usinas, que vão gerar quilowatts necessários para o desenvolvimento nacional, nós precisamos ter um assessoramento suficientemente habilitado para que possamos levar também aos tecnocratas seja do Governo do Estado, ou do Governo Federal, os prejuízos que estas obras trarão em termos de alagamento das áreas férteis do Paraná; em termos de perda de arrecadação de ICM.

Este deve ser, no meu entendimento, o grande tema da discussão econômica do futuro do Estado. E nós parlamentares, infelizmente, não temos aqui o assessoramento necessário para que possamos propor alternativas e reivindicar em favor do Paraná.

Por isto aplaudo a decisão do Deputado Deni Schwartz, em trazer este assunto à discussão do Plenário. E digo, que embora não concorde com o seu posicionamento, tanto no aspecto legal e jurídico, quanto no aspecto administrativo e político e no aspecto administrativo e político não concordo, porque creio que qualquer orçamento, que é uma previsão de arrecadação e uma previsão de despesas, não pode estabelecer detalhadamente todas as obras que o Governo vai executar.

Nós conhecemos que a economia paranaense é dinâmica, que há fatos aleatórios incapazes até dos futurólogos do Governo preverem. Nós não podemos estabelecer item por item, quilômetro por quilômetro, obra por obra no setor educacional,

porque nós conhecemos, por exemplo a mobilidade da nossa população.

Sabemos que hoje nós temos êxodo rural no Noroeste. Temos problema de superpopulação numa cidade que está se industrializando como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos. É normal que o Estado não possa dizer, no seu rol de intenções, que é o orçamento, as obras que fará neste ou naquele mês. Como também é impossível para o Governo prever outros dados, como o da inflação mundial. Todos nós sabemos que a inflação mundial, o custo do petróleo vai refletir no custo da emulsão asfáltica para o asfalto. Como tentar fazer com que o Governo preveja todos estes dados, como a guerra entre o Irã e o Iraque, isto no meu entendimento é impossível e creio que os técnicos que analisaram este orçamento, depois do debate a que o Governo nunca se furtou, talvez nós, Parlamentares da Oposição e do Governo, tenhamos nos furtado ao debate com homens do Governo, mas os homens do Governo nunca se furtaram em comparecer a esta Casa para debater com os Parlamentares.

O que está faltando ao Parlamentar é melhor assessoramento para poder discutir em igualdade de condição com os técnicos do Governo.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, as colocações que Vossa Excelência faz, com referência à falta de assessoramento aos Parlamentares, são realmente altamente procedentes e cuja sugestão deve ser anotada pela Mesa Executiva desta Casa.

Mas, ao mesmo tempo, estas suas colocações vêm demonstrar que este Poder é um Poder sem poder, porque se o Legislativo tivesse autonomia suficiente, esta sua proposta que poderíamos ter um assessoramento altamente técnico e que melhoraria inclusive o nível dos Parlamentares de informação, para discussão das propostas governamentais, vem demonstrar que não temos poder. Porque perfeitamente com esta sua proposta, poderia ser efetuada emenda no Orçamento e ser designada uma verba específica. Isto não podemos fazer, nobre Deputado Luiz Alberto.

O que é preciso fazer? Devolver a autonomia ao Poder Legislativo. Devolver as prerrogativas aos Parlamentares.

Queria aqui discordar de uma colocação feita pelo eminente Líder da Bancada de Vossa Excelência, com referência à votação das prerrogativas em Brasília.

Temos que discutir sim. Porque inclusive a Bancada do PDS do Paraná se omitiu, não compareceu para votar. Apenas dois Parlamentares da bancada de Vossa Excelência lá compareceram. Um votando contra e outro votando a favor, dando o equilíbrio ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Dois compareceram.

O Sr. Darcy Deitos — Mas, a maioria da Bancada do PDS se omitiu, atendeu às ordens do Palácio do Planalto, não quis devolver a autonomia pelo menos parcial ao Legislativo brasileiro.

Queria dizer também a Vossa Excelência que o eminente Deputado Deni Schwartz, como quis se insinuar em alguns apartes que ele teve de que seria altamente demagógica a sua presença na tribuna, absolutamente, o nobre Deputado Deni...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não disse isto, nobre Deputado.

O Sr. Darcy Deitos — Não disse Vossa Excelência, foi o relator designado para relatar o Orçamento Plurianual de Investimentos. Fez um relatório embasado, altamente técnico, com

assessoramento que teve e procede a dúvida levantada, que este plano geral de Governo não foi votado por esta Casa. A dúvida procede, o que não procede é a afirmativa, se eu estou falando que procede, é porque realmente esta Casa não examinou em detalhes, não esmiuçou, porque nesta Casa não se esmiuçou nada, inclusive está aí o Orçamento de 1.981 sendo designado pela Comissão, cujo Orçamento recebeu, parece-me que 14 emendas, e nenhuma foi acatada, quer dizer, é aprovado "ipsis literis" pelo que o Executivo manda.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência concorda em dialogar comigo?

O Sr. Darcy Deitos — Perfeitamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Porque Vossa Excelência faz três colocações ao mesmo tempo, e eu gostaria de responder item por item.

Vossa Excelência, em primeiro lugar, coloca o problema da votação do Orçamento. E Vossa Excelência se refere à votação anterior feita na Comissão de Orçamento, eu me permito lembrá-lo de uma frase de um grande tributarista brasileiro, e um grande parlamentar que o Brasil já teve, o Prof. Aleomar Baleeiro. O Prof. Aleomar Baleeiro, liberal, e portanto, defensor de um legislativo cada vez mais forte, dizia anteriormente a 64 uma frase que realmente é muito expressiva, dizia que o Congresso Nacional, quando se reunia na Comissão, estava trabalhando, e o Congresso Nacional, quando se reunia em Plenário, estava fazendo política, realmente o assunto tecnicamente foi debatido a nível de Comissão de Orçamento, e a dúvida levantada pelo eminente Deputado Deni Schwartz, foi dirimida a nível de Comissão de Orçamento. O Prof. Aleomar Baleeiro, ainda fala sobre, num dos seus livros mais conhecidos, sobre o problema do orçamento; ele, que era Deputado, liberal, lembra que os legislativos modernos, não fazem o orçamento em nenhuma parte do mundo, é privativo, praticamente, do Poder Executivo. Porque é o Poder Executivo que executa as obras, o que cabe ao Legislativo realmente, é discutir o plano de governo, é discutir, acompanhar, é fiscalizar a aplicação de recursos, é sugerir o estabelecimento de prioridades.

O que não se concebe hoje, é que se faça como se fez. Até o Prof. Baleeiro tem uma história num dos seus livros, que um determinado Deputado da Bahia, porque era Presidente da Comissão de Orçamento, resolveu fazer uma estação rodoviária num município onde não tinha na Bahia, estrada de ferro. Então, realmente, o orçamento no mundo moderno hoje, não é formulado pelo Legislativo, não é problema do governo, mas é uma tendência do mundo moderno, exatamente pela característica do Parlamento, pelo tipo de discussão que nós temos, pelo tipo de ação parlamentar que nós vivemos. Tem o aparte.

O Sr. Darcy Deitos — Eu queria discordar da colocação de Vossa Excelência, porque no ano passado quando esta Casa recebeu a visita de parlamentares da Alemanha Ocidental, e dentre esses parlamentares que nos visitaram, estava o Presidente da Comissão de Orçamento, alemão.

Quando ele soube de que os legislativos brasileiros não têm poder de decisão no orçamento, eles riram, riram na presença minha, e de outro Deputado também, o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está confundindo. Eu estou dizendo que o poder de iniciativa em todos os países modernos, é do Poder Executivo.

O Sr. Darcy Deitos — De iniciativa. Então ele viu a fragilidade da instituição parlamentar brasileira que praticamente

inexiste, isso Vossa Excelência não pode discordar da minha colocação.

Mas eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu, e peço desculpas por tomar o precioso tempo de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É um prazer dialogar com Vossa Excelência.

Eu gostaria de primeiramente conceder o aparte ao Deputado Deni Schwartz, que já me faz sinal há tempo.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Luiz Alberto Oliveira, agradeço a referência elogiosa por trazer ao debate um assunto de suma importância.

Mas, gostaria de contestar algumas coisas e confirmar algumas coisas que foram ditas. Realmente, e eu quero testemunhar, existe um plano. Mas veja como essa elaboração do plano praticamente saiu de nossas mãos. Ele foi perfeito até um determinado momento; e aí é que faltou a continuidade. E eu acredito que não tenha sido por má fé e sim por um lapso, até por uma inadvertência que nós inclusive, na Assembléia, engolimos - e eu disse isso no meu pronunciamento. A própria Assembléia Legislativa é hoje conivente da falta deste plano.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Perfeito, Então não vamos culpar só os tecnocratas do Governo. Vamos reconhecer os nossos erros também.

O Sr. Deni Schwartz — Veja bem que realmente o Governo andou ouvindo prefeitos. E em determinado momento apresentou o plano aos Deputados. Apresentou o plano. Plano já elaborado, tanto que eu tenho aqui ainda recortes de jornais da época em que diversos Deputados deram sua opinião ao plano, favoráveis, outros com restrições e eu próprio achei o plano bom. E os jornais da época, inclusive noticiaram este fato.

Mas, daí para a frente é que a coisa complicou. Exatamente o Ato Complementar n.º 43, estabelece um rito especial para a aprovação do Plano de Governo. Dando prazos, de 60 dias, por exemplo, para que a Assembléia inclusive apresente emendas ao plano; que após emendado volta por 30 dias ao Executivo, que neste período adapta e volta para a decisão final da Assembléia. Quer dizer, de fato, este Ato Complementar n.º 43, talvez venha exatamente de encontro do Legislativo moderno. Cabe ao Legislativo moderno entrar no mérito do Plano de Governo; estabelecer as prioridades, tanto que permite que nós no plano façamos toda e qualquer modificação.

Agora, como veio para a Casa, - e aí é que eu vejo a inconstitucionalidade da coisa. O plano veio dentro da Mensagem do Plano Plurianual de Investimentos, que tem outro tipo de procedimento para a discussão. Tanto que passa a ter as limitações constitucionais, citadas no Artigo 35 e 25, passa a ter as limitações de emendas, que não existem para o Plano de Governo. Portanto, Deputado, data vênica, eu acredito: 1.º - o Plano de Governo vem uma vez para esta Casa; o Plano Plurianual vem todos os anos. Tem um outro prazo, tem um outro tipo de procedimento. E o Ato Complementar n.º 43, estabelece inclusive, todos esses prazos, todos esses procedimentos. Por isso, acredito que nós estejamos juntamente com o Executivo, inclusive passíveis de uma ação de crime de responsabilidade. Porque nem o Executivo mandou formalmente o plano para cá, nem o Legislativo o exigiu.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permita-me discordar de Vossa Excelência de vez que o Executivo cumpriu com a sua obrigação, ao encaminhar o plano.

E fez mais, para facilitar e para explicitar melhor, mandou o plano ao lado dos recursos disponíveis, ao lado do Plano do

Orçamento. De tal forma a discriminar a Receita com as Despesas para viabilizá-lo ao Plano de Governo. Se houve tramitação equivocada do plano, nesta Casa, tenhamos que concordar ou não, foi exatamente culpa do Parlamento.

O Sr. Deni Schwartz — Eu não concordo que tenha sido culpa do Parlamento, porque a primeira falha, quer dizer, são duas leis distintas. Tanto que tenho aqui a lei que aprovou o Plano Plurianual e ela em lugar algum faz referência ao Plano de Governo. Porquanto o Plano de Governo não está aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A qual lei que Vossa Excelência se refere?

O Sr. Deni Schwartz — É a lei que aprovou o Plano Plurianual, cujo número está aqui: 7.246/79.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência conhece o anexo da lei?

O Sr. Deni Schwartz — Tem a Mensagem e a Mensagem fez referência ao plano.

Aí a discussão jurídica. Por constar na Mensagem, não quer dizer que ele esteja na lei, porque nem nós poderíamos discutir o Plano de Governo dentro do anteprojeto de lei do Plano Plurianual.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Esta a interpretação de Vossa Excelência a respeito da lei.

O Sr. Deni Schwartz — Se os prazos são diferentes, como é que eu apresentaria, por exemplo, uma emenda ao Plano de Governo? Não haveria condições, porque estão se confundindo as duas coisas. E aí é que está o formalismo da coisa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Creio que Vossa Excelência poderia, na medida em que Vossa Excelência discordasse e que Vossa Excelência estabelecesse na lei, os itens da discordância.

O Sr. Deni Schwartz — Mas, Deputado, a lei citada, do Orçamento Plurianual é a seguinte: (Lê). Quer dizer, dá a legislação, dá os recursos e tal. Não faz referência ao plano. Como é que poderia fazer emenda ao plano?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A lei não tem palavra inútil na sua composição, eminente Deputado. Vossa Excelência pode, por exemplo, o inciso III do artigo terceiro. (Lê): "Observadas as disposições do artigo 33, constituição estadual, e composição de programa de trabalho dos órgãos, em termos de projetos e atividades, poderão ser alterados os exercícios de 81/82, por ocasião da elaboração da proposta de orçamento anual, figurando os ajustamentos nas programações de investimentos das entidades de administração indireta, que se acham desobrigados de inclusão no orçamento anual, em anexo especial, que obedecerá o mesmo nível de detalhamento que o Orçamento Plurianual de Investimentos".

O Sr. Deni Schwartz — Mas isso aí é sobre o Orçamento Plurianual.

As emendas que são possíveis seriam no Plano do Governo. Então o Plano do Governo originaria o Orçamento Plurianual, que pode ser alterado anualmente para adaptar às novas condições. E a segunda restrição que nós fizemos foi quanto aos aspectos técnico-administrativos. Eu concordo que o Paraná está numa evolução difícil de ser prevista.

Mas, acontece que o tecnocrata está exagerando. E, como eu disse, ele prevê 300 metros de uma determinada estrada que

não sabe onde será feita. Não posso concordar com o Líder do Governo quando diz que as verbas são para tantos quilômetros de estradas. Não. São tantos quilômetros de estradas que necessitam de tanto de verba. E aí é que eu acho que houve uma troca.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas, Vossa Excelência como técnico, pode me responder a uma indagação? É possível se fazer uma estrada, por exemplo, de 50 quilômetros, sem nenhuma modificação na composição dos preços?

O Sr. Deni Schwartz — Absolutamente! Por isso é orçamento. Orçamento não quer dizer ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — é a colocação do eminente Deputado Nilso Sguarezi: pedra, terra etc.

O Sr. Deni Schwartz — Vejamos o seguinte: se o Governo vai fazer uma estrada daqui a Paranaguá, ele sabe, para constar no orçamento - e é isso que a lei determina - que ele conste no orçamento a previsão de quanto vai custar. Porque, - e aí estão a razão e Vossa Excelência falou bem, do Parlamento moderno, e eu concordo. Não cabe ao Parlamento moderno, estar fazendo emendas ao orçamento. Porque, senão ele se transformaria numa colcha de retalhos. Mas, sim, determinar as metas do Governo. Isso é do Parlamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Creio que essas metas, Deputado Deni Schwartz, e estas prioridades da ação governamental, foram votadas por ocasião da Mensagem que o Governo mandou para a Assembléia, com a disposição em estabelecer as prioridades do seu Governo.

O Sr. Deni Schwartz — Data vênica, eu não concordo, porque não pude participar, formalmente, da discussão do Plano do Governo, aonde, a mim seria dado o direito de até talvez de direcionar as metas de Governo em outro sentido. Isso não me foi possível.

Mas, voltando ao aspecto técnico, diria o seguinte: orçamento existe para prever alguma coisa. Como ele está não está prevendo nada. E, de fato, isso é muito ruim para o Executivo e, principalmente, para o Legislativo que perde uma das suas funções principais que é a de fiscalizar.

Se tivéssemos, em nosso Orçamento, trechos definidos de estradas, trechos definidos de linhas de transmissão de energia elétrica, trechos definidos de eletrificação rural, nós Deputados poderíamos fiscalizar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Rendo-me à sua capacidade de engenheiro e de técnico, mas não posso concordar com Vossa Excelência que seja possível ao Estado prever, com exatidão, exatidão matemática, o que será possível executar, obra por obra.

O Sr. Deni Schwartz — Eu que, estou abismado com a capacidade matemática dos tecnocratas que previram que vai sobrar dinheiro para 233,300 km de estrada. Os mesmos que previram, em um trecho determinado, de 3,900 km entre Paula Freitas ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Isso é uma previsão, nobre Deputado, de obras.

O Sr. Deni Schwartz — ... que, data vênica, não diz nada, e que não permite que o Legislativo fiscalize.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Uma previsão a respei-

to do orçamento de todas as Secretarias do Estado. Vossa Excelência mesmo faz referência a isso, em seu Parecer.

Estamos verificando aqui, um quadro comparativo, publicado no Diário da Assembléia, de hoje, a respeito da atualização dos valores para os exercícios de 81/82 com relação às diversas funções, tanto no setor do Legislativo, Judiciário, como no setor da Agricultura, de Comunicações, do Desenvolvimento Regional, Educação e Cultura, Energia e Recursos Minerais, Habitação e Urbanismo, e assim por diante.

Creio que, realmente, esta forma de fazer orçamento poderia ser detalhada melhor nas Comissões Técnicas desta Casa, desde que tivéssemos capacitação técnica suficiente.

Creio que o âmago do pronunciamento de Vossa Excelência e o aspecto mais importante, não é só a destinação das verbas, mas sobretudo o aspecto que Vossa Excelência avocou muito bem: que somos, hoje, um Poder desarmado frente aos recursos modernos da tecnologia que o Executivo põe à disposição de seus órgãos.

E para isso, alguns passos já foram dados: a atual Mesa Executiva fez convênio com o Congresso Nacional para usar um terminal de computação eletrônica.

Creio que todos nós deveremos trabalhar no sentido de aprimorar esta Casa, para que possamos detalhar as propostas orçamentárias.

Por isso, não concordando com algumas insinuações feitas por outros Deputados que votaríamos inconscientemente o plano de lei que dá os recursos necessários à execução do programa do Governador Ney Braga é que termino dizendo que, conscientemente, voto o Orçamento pela sua aprovação.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, Sr. Deputado Erondy.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — 47 Srs. Deputados responderam a chamada. Em votação o Projeto de Lei n.º 123/80.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 123/80, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

27 Srs. Deputados o aprovam; 14 Srs. Deputados o rejeitam.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 4a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Pare-

ceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 10/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 — 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.º — incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 - 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.º — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.
Curitiba, 21 de março de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO.

**COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

Projeto de Lei nº 10/80

PARECER

Oriunda da Mensagem Governamental, a presente Proposição, Projeto de Lei n.º 10/80, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 - 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o mérito da medida ora proposta, temos que o termo de cessão de domínio pleno das Terras da Fazenda São Jerônimo, passado na Delegacia do Serviço de Patrimônio da União no Estado do Paraná, em 14/02/1949, o foi "ex-vi" do disposto no Art. 75, do Decreto Lei n.º 9.760, de 05/09/46 que estabelece:

"nos termos, ajustes ou contratos relativos a imóveis da União, serão lavrados na repartição local da SPU e terão, para qualquer efeito, força de escritura pública, sendo isentos de publicações para fins de seu registro pelo Tribunal de Contas."

Compareceram o representante da União que era o Procurador da Fazenda Federal, conforme estabelece o Art. 75 do citado Decreto Lei, e o representante do Governador do Estado.

Assim, no plano de legalidade do termo de cessão, vale assinalar que foi aprovado e registrado pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 17 de maio de 1.949, órgão que tinha a competência constitucional (Const. Fed. 46 - Art. 77, III) - para julgar a constitucionalidade, legalidade dos atos administrativos, conforme reconhecido da súmula 347 do Supremo Tribunal Federal e implícito nas Súmulas 6 e 7 daquela Corte. O registro pelo Tribunal de Contas foi "declaratório de existência e validade do negócio jurídico", constituindo-se como ato perfeito.

Nestas condições, e tendo em vista o alto significado social que insere a matéria ora submetida à consideração desta Casa, opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA que anexo apresentamos, visando dotar o projeto de lei com certos critérios que melhor adaptarão às suas finalidades legais.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1980.

Curitiba, quinta, 23/10/80.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;
LÁZARO DUMONT, Relator.

**COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

Projeto de Lei N.º 10/80.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, mediante alienação ou doação, o imóvel Gleba 2 - 4a. Parte da Colônia São Jerônimo aos seus ocupantes.

Art. 2.º — Aos ocupantes que tenham tornado o imóvel produtivo com o seu trabalho e o de sua família, "nele mantendo morada permanente", por dois anos ininterruptos, serão doados os imóveis com área não superior a vinte e cinco hectares.

Parágrafo único — Aos ocupantes com mais de ano e dia e menos de dois anos de morada permanente será concedida licença de ocupação até que se complete aquele prazo. Esta licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato inter vivos.

Art. 3.º — A alienação de imóvel aos seus ocupantes se fará até o limite de 100 ha., independentemente de licitação.

Art. 4.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC, promover a doação e a alienação do imóvel aos seus ocupantes, nos termos dos artigos 2.º e 3.º, estabelecendo a área a ser transferida, preço e condições de pagamento, conforme Tabela de Preços aprovada pelo Conselho de Administração do ITC em 27 de novembro de 1979.

Parágrafo único — A licença de ocupação a que alude o § único do art. 2.º, será fornecida pelo ITC, após o levantamento das condições de ocupação.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1980.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;
LÁZARO DUMONT, Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 10/80, retornando à Ordem do Dia da sessão do dia 30 do corrente mês.— Em votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, porque sobre este projeto eu até para dar um esclarecimento a nível de tomada de posição; inclusive me perdoe a pretensão, à Mesa. Este projeto de lei está sofrendo uma alteração substancial no seu conteúdo. Já foi apreciado pela Comissão de Justiça na forma da Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o presente requerimento não compete encaminhamento de votação. Está em votação o requerimento. Está sendo votado, nobre Deputado, o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— APROVADO.

Retirado o projeto da Ordem do Dia, retornando à Ordem do Dia, da sessão do dia 30 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa,

requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Renato Bueno, Dácio Leonel e Adalberto Daros, na qualidade de Líderes dos partidos, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do dia 27 próximo, a fim de serem realizadas reuniões das Comissões.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo se digne determinar que se prestem esclarecimentos da maneira e atendendo a que critérios é feita a distribuição da verba destinada ao Setor da Comunicação Social do Governo. **Rejeitado.**

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Gernote Kirinus, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 18 Srs. Deputados o aprovam;

27 Srs. Deputados o rejeitam.— **REJEITADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Cidade de Maringá pela conquista do tri-campeonato dos Jogos Abertos do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a implantação de um Posto Telefônico no Distrito de Vila Guarani, Município de Terra Roxa. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, visando a inclusão de Formosa D'Oeste no plano de combate à erosão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial intitulado "Pague o Contribuinte", publicado no jornal "O Estado de São Paulo". **Aprovado.**

(O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da matéria publicada na coluna do jornalista Luiz Augusto Juk, no jornal "Diário do Paraná", sob o título "Delfim falou. O Povo gravou. Quer ouvir"?.— **Aprovado.**

(A matéria foi lida da tribuna, na sessão do dia 22).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Superintendente do Banco do Brasil S/A. e Coordenador Regional do Banco Bradesco S/A., denunciando a falta de verba para financiamento agrícola no Distrito de Alto Alegre, em Capitão Leônidas Marques.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada de pauta, do Projeto de Lei n.º 75/80, e que o mesmo seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a sua transformação em mensagem governamental.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, a respeito do comportamento dos índices de arrecadação.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos Grupos de Alcoólicos Anônimos do Paraná, pela comemoração de seu 12.º ano de implantação neste Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Cel. Osvaldo Alves da Cruz, Diretor do DETRAN, encarecendo a realização definitiva na Cidade de Toledo, do exame psicotécnico para motoristas.— Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros das Minas e Energia, Planejamento e Agricultura, reivindicando a liberação de recursos necessários para que as cooperativas possam substituir o "fuel-oil" de suas secadoras.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex e ofícios aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda encarecendo urgentes providências no sentido de modificar o sistema de leilão do milho importado através da C.F.P. e colocado à venda pela Bolsa de Cereais de São Paulo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento do asfalto que demanda a entrada do Município de Sertãoópolis até o trevo da Rodovia Garcia Cid.— Em discussão.

(Um Sr. Deputado pede para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo novo critério quando de apreensões de discos em emissoras de rádio principalmente porque as músicas já tiveram uma liberação da própria censura federal.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo a implantação de uma linha direta de ônibus de Toledo à Cidade de São Paulo, pela concessão com a empresa PLUMA Conforto e Turismo Ltda.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a

discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo para que seja criado e instalado Colégio Agrícola de 2.º Grau na Cidade de Paranavaí.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações sobre o montante financeiro investido no setor de pré-investimentos e contratação de trecho para a pavimentação da PR-495, interligando os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaira.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que se digne determinar que se prestem esclarecimentos com relação ao item 03401832277, da Lei em Projeto n.º 136/80 - Proposta de Orçamento Geral do Estado para o exercício Financeiro de 1981.— Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações, sobre a importância dispendida pela referida Secretaria, para promover a divulgação na imprensa escrita dos "Comunicado ao Público", bem como das notas de "Utilidade Pública", nas emisoras de rádio e televisão, com respeito a greve do magistério paranaense.— Rejeitado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Sr. Deputado que está rejeitado, já foi anunciado o resultado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, episodicamente eventualmente tem acontecido falhas lamentáveis no Serviço de Som. O Deputado Kirinus requereu de Vossa Excelência o encaminhamento de votação, no momento oportuno.

Entretanto houve uma falha no Serviço de Som.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — O que cabe no momento nobre Deputado, seria no caso a verificação de votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, gostaria de

encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, nobre Deputado, mas a Mesa estava totalmente prestando atenção na bancada. Cabe verificação de votação. Rejeitado o requerimento.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência, pela ordem, apelando para o espírito democrático que Vossa Excelência tem alevantado. E faço um apelo, porque estava em regime de votação e cabe o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa já tinha anunciado o resultado do requerimento que está sendo rejeitado. Rejeitado o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, na hora em que o Deputado requereu a Vossa Excelência não tinha... se Vossa Excelência não concede é outra questão. Mas que tinha pedido tempestivamente, isto tinha, porque eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa entende o contrário, nobre Deputado e estava atento na votação deste requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados o aprovam;

24 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo a imediata exoneração do Ministro do Planejamento Delfim Neto, por incapacidade administrativa.— Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, nobres Companheiros de Casa, eu já senti a dificuldade naturalmente para aprovação deste requerimento. Mas, que ele seja realmente um marco da nossa mágoa até contra essa pessoa do Sr. Delfim Neto. Um homem que recebeu tanto apoio no início de seu mandato, do Estado do Paraná, através de diversos homens em diversos escalões, e que acabou cometendo as maiores injustiças contra este mesmo Estado.

O planejamento no setor da República, hoje, ele é voltado totalmente contra o Estado do Paraná, que não recebe verbas que são destinadas a outros estados brasileiros.

Este é um dos motivos que nos levou a refazer esse pedido de exoneração do Sr. Ministro do Planejamento, porque anteriormente esta mesma Casa já havia aprovado um requerimento neste teor, solicitando o afastamento deste Ministro e o do - se não me falha a memória - outro seu pupilo, o Ministro da Agricultura, Amaury Stábile.

Delfim Neto é o Sr. Todo-poderoso da economia nacional; é o homem que, quando estava no Ministério da Agricultura, prometeu, inclusive, que a partir já de 1980, o Brasil não mais importaria feijão, arroz, e hoje estamos importando

muito mais do que isso.

Tudo que esse Ministro falou e todas as suas previsões, estão hoje, naturalmente, colocadas água abaixo, porque tudo ao contrário aconteceu. E ele prova, então, que não tem qualquer capacidade para administrar.

É, hoje um bode expiatório no Governo Federal; é um homem que manipula números e que derruba Ministros da República.

Conseguiu derrubar dois, um deles paranaense.

Hoje se assenhoreou do setor econômico, e assim mesmo, não consegue levar o Brasil a um caminho seguro.

Este problema social que nós encontramos hoje em diversos estados, e acentuadamente aqui no Paraná, com movimentos grevistas, com problemas de toda ordem, mais uma vez repito é o reflexo da má administração gerada pelo Todo-poderoso Delfim Neto.

Então, nós não estamos absolutamente ferindo qualquer regimento.

Nós não estamos também entrando numa ilegalidade, porque não estamos solicitando, não estamos pedindo, estamos apenas com este requerimento, sugerindo e, acredito, que conosco está o povo do Paraná, conosco está o povo do Brasil, já cansado, já saturado de agüentar, de suportar os erros desse cidadão brasileiro que, infelizmente, faz parte desse rodízio de homens que comandam a Nação, e que há 16 anos fazem a nossa desgraça.

Era isso que tinha a deixar registrado e agradecer a todos os Srs. Deputados que, porventura, venham a abonar esse nosso requerimento, que, porventura, venham a repetir, aqui, o que aconteceu, dias atrás, com a aprovação de requerimento praticamente no mesmo sentido.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rapidamente, para não cansar os Srs. Deputados, devo dizer que não concordamos, absolutamente com o requerimento.

Aliás, no nosso entendimento, a Mesa nem podia recebê-lo.

Porque caracteriza a ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo, ainda mais, no Poder Executivo Federal.

Era a mesma coisa que o Presidente Figueiredo oficiasse ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, solicitando a substituição do Presidente da Comissão de Cultura e Esportes, ou da de Orçamento, ou da de Constituição e Justiça,

Era a mesmíssima coisa.

Comungamos em tese e número com o Deputado Mário Celso, aliás, toda a Nação brasileira está cansada.

O modelo econômico brasileiro, na realidade, não corresponde às expectativas, aos anseios da Nação.

Nós também achamos que alguma mudança deve ser feita.

Agora, jamais votaremos favoravelmente ao requerimento, ou outro dessa natureza, porque, para mim, se configura numa ingerência indébita do Poder Legislativo no Poder Executivo.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação)

Quer me parecer, Sr. Presidente, que, regimentalmente, o requerimento, está devidamente encaminhado. Porque, uma vez que ele não pode, mas solicita - não pede - apenas sugere

ao Presidente da República.

Portanto, não há motivo, nesse tocante, para votação em contrário, por parte da Bancada do PDS.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.
Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.
Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados o aprovam;

27 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a implantação da iluminação pública na Gleba Guarani, no Município de Foz do Iguaçu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que tome providências, dentro do possível, contra a atuação dos empreiteiros no Porto de Paranaguá.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Nelson Buffara, Werner Wanderer, Ezequias Losso, David Cheriegate e Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da entrevista concedida pelo General José Luiz Coelho Neto, Comandante da 4a. Divisão de Exército ao jornal "O Estado de São Paulo".— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de Delegado Especial para investigar e apurar responsabilidades diante a crescente onda de furtos de gado na região Noroeste do Estado.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, propondo a urgente uniformização da política salarial, com a concessão de reajustes semestrais aos funcionários públicos civis e militares da União, dos Estados e Municípios.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson

Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Ministério da Agricultura, encarecendo intervenção no setor, visando a liberação da exportação de suínos também para o Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Tribuna do Paraná" pela passagem do seu 24.º aniversário.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda, encarecendo a liberação da exportação da carne suína para o Estado do Paraná, como ocorreu com os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações pela passagem do "Dia do Aviador".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro do Trabalho, encarecendo providências no sentido de se regulamentar a Lei n.º 5.524, que trata sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que já se encontram neste Poder, os Srs. Secretários da Educação, Recursos Humanos e das Finanças, para um diálogo com os Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1.980 .

Não apenas a falta de racionalidade do Direito - como dizíamos ainda há dias - turva o ambiente nacional e intranquiliza as classes produtoras; a descoordenação governamental no tocante à política fiscal e social igualmente traz desassossego, só que desta vez a todos, empregadores e empregados. Desse ponto de vista, a semana foi pródiga em medidas de sentido econômico global duvidoso, mas politicamente desastrosas para o governo: a anunciada reforma da lei salarial, o novo lançamento do balão de ensaio de que possivelmente seja necessário aumentar a contribuição de empregadores e empregados para a Previdência Social e, agora, a sugestão do Secretário da Receita Federal no sentido de que se corrijam os critérios pelos quais se aplicava, até hoje, a correção monetária sobre o Imposto de Renda retido na fonte.

O que espanta, em primeiro lugar, nas declarações do Sr. Francisco Dornelles é a sem-cerimônia com que diz que, se não seguirem suas idéias, a Receita "quebra"; isto é, o Estado vai à falência - imagem que qualquer aluno de primeiro ano de Direito rejeitaria como inadmissível, prática e juridicamente. Em segundo lugar, é um alto funcionário jogar numa inflação de cem por cento e rejeitar uma de cinquenta por cento. Em terceiro lugar, é a amnésia que o assalta, levando-o a esquecer ser de competência da área fazendária a fixação da correção monetária sobre

o Imposto de Renda retido na fonte, a qual, de alguns anos para cá, tem sido sempre menor do que a inflação real. Em outras palavras, tem sido a Receita Federal que vem estabelecendo quanto o contribuinte vai perder no fim do ano; agora, o secretário da Receita quer poder dizer, seguramente por Instrução Normativa, e não por instrumento legal próprio e legítimo, quanto o contribuinte vai sofrer de confisco sem direito sequer ao famoso direito de espremer.

O Imposto de Renda retido na fonte, convenhamos, é uma antecipação que o contribuinte faz, por força de dispositivos legais ou regulamentares, de modo a permitir um melhor fluxo de caixa do Tesouro Nacional e também aliviar o que deverá pagar ao final do exercício "depois de apresentar sua declaração". Foi por reconhecer nesse recolhimento o caráter de antecipação e admitir que o contribuinte se privava dos benefícios financeiros de dispor desse dinheiro - que a Receita Federal, num ato de justiça, decidiu estabelecer a correção monetária para o imposto retido. Nada mais justo para o contribuinte e também para a Fazenda, pois esta, ao contrário do que alguns pensam, não existe sem aquele. Agora, como, por inúmeras razões, entre as quais a concentração de rendas, aumenta o número de restituições e o Tesouro - nesta época de terceira geração de computadores - parece não estar programado para fazer face a esses compromissos previsíveis, pretende-se o inverso: a correção sobre o imposto retido na fonte será feita para aumentar, na maioria dos casos, o que o contribuinte tem a pagar. Bem resumidas as coisas, ele pagará seus tributos por antecipação, privar-se-á dos rendimentos financeiros ou de lazer e usufruto daí decorrentes e será penalizado ao fim do ano, porque o dinheiro recolhido em janeiro e gasto pelo governo em fevereiro não vale a mesma coisa em dezembro. Administrar dessa forma, fechando os "buracos" da caixa do Tesouro Nacional com "ukases" fiscais é fácil: qualquer amanuense de prefeitura do interior faz orçamentos e paga em dia tendo os poderes que a Receita Federal tem. O problema, porém, é que o Brasil não é uma pequena prefeitura, e os 120 milhões de habitantes esperam que aqueles que os governam, por obra e graça não do voto popular, sejam um pouco mais instruídos do que os coitados dos amanuenses.

As empresas estatais e alguns poucos setores privados, por sua má gestão de pessoal, levaram confesadamente ao "impasse" da política salarial; os gastos do governo, ao que tudo indica, irão forçá-lo a mais um esforço fiscalista no estilo do empréstimo compulsório e da lei sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda, tudo em detrimento do contribuinte. Como dizíamos há dias, pelas pequenas alterações, ou pelas grandes modificações introduzidas no Direito Tributário, o Governo solapa a ordem jurídica nacional, além de fazer do contribuinte o responsável pela crise financeira, já que o petróleo, segundo declarações públicas no Exterior, tem pouco a ver com nossos problemas.

Quando a receita da União aumenta a cada seis meses com os reajustamentos de salários e ela proclama sua insolvência - isto é, sua incapacidade de devolver aos contribuintes o que lhes deve -, que se pode pensar do governo? Será que dentro do Direito, da Constituição e das leis não existem recursos capazes de atender à crise do Tesouro, que parece ser a causa de todos os nossos males? Ou será que apenas os que vivem de salários, os profissionais liberais e os que têm

imóveis de aluguel é que devem dar sua cota de sacrifícios para que se estabeleça a justiça social tão reclamada pelo Presidente? Quando Sua Excelência fala mal dos industriais e dos ricos, talvez receba aplausos; quando seus burocratas constroem situa-

ções contra o povo, Sua Excelência culpa as oposições pelas reações negativas. Este é um jogo, o que se dá entre o Presidente e a burocracia, que tem tudo, menos de racional — e já começa a apresentar sintomas de esquizofrenia política.